



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ - SC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

CARLA REGINA SANTIN

FRONTEIRAS DO BRASIL NO GOVERNO JAIR BOLSONARO (2019-2022):
UMA ANÁLISE DISCURSIVA

CHAPECÓ

2024

CARLA REGINA SANTIN

**FRONTEIRAS DO BRASIL NO GOVERNO JAIR BOLSONARO (2019-2022):
UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Marilene Aparecida Lemos

CHAPECÓ

2024

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Santin, Carla Regina
FRONTEIRAS DO BRASIL NO GOVERNO JAIR BOLSONARO
(2019-2022): UMA ANÁLISE DISCURSIVA / Carla Regina
Santin. -- 2024.
73 f.

Orientadora: Doutora Marilene Aparecida Lemos

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos, Chapecó, SC, 2024.

1. Análise de Discurso. Fronteira. Venezuela.
Pronunciamentos de Bolsonaro.. I. Lemos, Marilene
Aparecida, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

CARLA REGINA SANTIN

FRONTEIRAS DO BRASIL NO GOVERNO JAIR BOLSONARO (2019-2022):

UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 04/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Marilene Aparecida Lemos – UFFS
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Ani Carla Marchesan – UFFS
Avaliadora

Prof^º. Dr^º. Fábio Ramos Barbosa Filho – UFRGS
Avaliador

Dedico à minha avó, Adelina, exemplo de vitalidade e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com carinho, a todos que estiveram comigo nesta caminhada de percalços e aprendizados.

À professora Marilene Lemos, minha orientadora, pelo suporte, apoio, paciência e orientações. Por acreditar em mim.

Aos professores Fábio Ramos Barbosa Filho e Ani Carla Marchesan, por aceitarem participar das bancas de qualificação e defesa. Agradeço pela leitura atenta do texto e pelas sugestões de melhoria.

À professora Angela Stübe, por aceitar participar como suplente nas bancas de qualificação e defesa e pelas palavras de incentivo durante as disciplinas ministradas.

Aos professores do PPGEL, pelo conhecimento compartilhado, pelas leituras propostas e pelo constante incentivo.

Aos meus pais, pelo amor incondicional.

Ao Diego, pelo amor e paciência nos momentos em que mais precisei.

Aos meus pequenos, Cecília e Aquiles, por serem minha força e coragem para continuar.

À minha irmã, Caroline, por sempre estar presente.

Às minhas colegas de linha de pesquisa, Larissa e Rhaabe, pela parceria nas trocas de experiências, nas angústias e nas vitórias compartilhadas.

À UFFS, pela oportunidade.

RESUMO

A questão da fronteira e a situação dos imigrantes merecem destaque devido ao grande fluxo de refugiados que chegam ao Brasil, principalmente pela fronteira entre Brasil e Venezuela, em Roraima. Diante da crise econômica enfrentada pela Venezuela, muitos cidadãos venezuelanos buscam no Brasil uma oportunidade de melhoria de vida. Com essa intensa migração, o governo federal brasileiro adotou “estratégias” de integralização dos imigrantes. Tendo em vista essa conjuntura sócio-histórica, esta dissertação tem como objeto a constituição da fronteira entre Brasil e Venezuela no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Baseando-se na Análise de Discurso (AD), e a partir de duas falas de Bolsonaro sobre a fronteira Brasil-Venezuela durante seu mandato, o estudo objetiva compreender como, pelo discurso, o debate em torno da crise econômica na Venezuela e da imigração de venezuelanos para o Brasil participa do processo de produção da(s) fronteira(s). Esse objetivo geral se desdobra em dois objetivos específicos: 1) analisar como a fronteira e a Venezuela são ditas e não ditas nas duas falas; 2) refletir sobre sentidos de fronteira, (i)migrantes, refugiados, venezuelanos e Venezuela a partir dessas duas falas. Para a análise do material, partimos das entradas lexicais — fronteira, (i)migrantes/refugiados, Venezuela/venezuelano — considerando que os sentidos não estão no léxico, mas que as palavras estão em relação. Dessa forma, esta dissertação conclui, com base nas análises realizadas, que há uma construção de imaginários de nação e de ditadura/comunismo, levantando a hipótese de que constituem duas formações discursivas distintas. Observa-se, por fim, que a fronteira se configura como um discurso ideológico que naturaliza o espaço físico, desconsiderando sua historicidade e as relações de poder que o atravessam, além de sua dimensão social e simbólica, que também a caracteriza como lugar de encontro, intercâmbio cultural, acolhimento e oportunidades.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Fronteira. Venezuela. Pronunciamentos de Bolsonaro.

RESUMEN

El tema de la frontera y la situación de los inmigrantes merece especial atención debido a la gran afluencia de refugiados que llegan a Brasil, principalmente a través de la frontera entre Brasil y Venezuela, en Roraima. Ante la crisis económica en Venezuela, muchos venezolanos buscan en Brasil una oportunidad para mejorar sus vidas. Frente a esta intensa migración, el gobierno federal brasileño ha adoptado “estrategias” para integrar a los inmigrantes. En este contexto sociohistórico, el objeto de esta disertación es la constitución de la frontera entre Brasil y Venezuela bajo el gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2022). Basándose en el Análisis del Discurso (AD) y en dos discursos de Bolsonaro sobre la frontera Brasil-Venezuela durante su mandato, el estudio tiene como objetivo comprender cómo, a través del discurso, el debate sobre la crisis económica en Venezuela y la inmigración de venezolanos a Brasil participa en el proceso de producción de la(s) frontera(s). Este objetivo general se desglosa en dos objetivos específicos: 1) analizar cómo la frontera y Venezuela se expresan y se omiten en los dos discursos; 2) reflexionar sobre los significados de frontera, (i)migrantes, refugiados, venezolanos y Venezuela en estos dos discursos. Para analizar el material, partimos de las entradas léxicas — frontera, (i)migrantes/refugiados, Venezuela/venezolanos — considerando que los significados no están en el léxico, sino en la relación entre palabras. Esta disertación concluye, a partir de los análisis realizados, que existe una construcción de imaginarios de nación y de dictadura/comunismo, proponiendo la hipótesis de que constituyen dos formaciones discursivas distintas. Finalmente, se observa que la frontera se configura como un discurso ideológico que naturaliza el espacio físico, ignorando su historicidad y las relaciones de poder que lo atraviesan, así como su dimensión social y simbólica, que también la caracteriza como lugar de encuentro, intercambio cultural, acogida y oportunidades.

Palabras clave: Análisis del Discurso. Frontera. Venezuela. Discursos de Bolsonaro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Tuíte</i> do então presidente Bolsonaro	23
Figura 2 - Mapa do Brasil com o Tratado de Tordesilhas.....	34
Figura 3 - Mapa do Brasil com o Tratado de Madrid de 1750	35
Figura 4 - Marco da trijunção.....	36

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Acampamento de imigrantes venezuelanos em Manaus 49

Fotografia 2: Venezuelanos morando embaixo de viaduto em Manaus 50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Materiais selecionados para análise	14
Quadro 2: Sequências Discursivas	22
Quadro 3: “Nossos” elementos nacionais	31
Quadro 4: Desdobramentos da Sd_2	43

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
2	CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO E DO CORPUS	11
2.1	O RECORTE	12
2.2	ENTRADA LEXICAL: FRONTEIRA, (I)MIGRANTES, REFUGIADOS, VENEZUELANOS E VENEZUELA	17
2.3	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SDs)	20
3	NÃO É QUALQUER UM QUE ENTRA EM NOSSA CASA	23
3.1	QUEM (NÃO) ENTRA NO BRASIL?	23
3.2	A QUESTÃO DA SOBERANIA	27
3.3	OS ELEMENTOS NACIONAIS: UM IMAGINÁRIO COLETIVO	31
3.3.1	DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO DE UM ESTADO-NAÇÃO	34
3.3.2	CULTURA / HINO	38
3.4	PACTO MIGRATÓRIO	39
4	“UM PAÍS HUMANITÁRIO”	43
4.1	AS RECORRÊNCIAS E OS SENTIDOS	43
4.2	A ACOLHIDA NA PRÁTICA	48
5	IMAGINÁRIOS DE NAÇÃO, COMUNISMO E DITADURA	54
5.1	O IMAGINÁRIO DE NAÇÃO	54
5.2	O IMAGINÁRIO DE COMUNISMO E DITADURA	58
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	64

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É notável o elevado fluxo de imigrantes¹ que estão se estabelecendo no Brasil, especialmente provenientes da Venezuela. Seja por “vontade própria”, em busca de novas oportunidades de trabalho e crescimento profissional ou por motivos políticos e de crise econômica, os imigrantes ocupam um espaço cada vez maior em nosso país.

Cabe destacar a área fronteira do estado de Roraima, no Brasil, com a Venezuela, sendo a cidade de Pacaraima, do lado brasileiro, e Santa Elena de Uairén, do lado venezuelano. Essa área é a principal porta de entrada de imigrantes venezuelanos que buscam no Brasil uma alternativa diante da crise que afeta seu país.

Compete, portanto, ao país que recebe o povo advindo de outra nação, estabelecer leis de acolhimento e recepção de forma a colaborar com a manutenção e preservação dos direitos humanos.

Observamos que, durante o Governo Jair Bolsonaro (2019-2022), a chegada de imigrantes, principalmente venezuelanos, não se deu de forma receptiva por parte do líder do poder executivo. Em pronunciamentos e em postagens a respeito das fronteiras e do acolhimento de imigrantes, Bolsonaro manifestou-se em desacordo às orientações do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Como uma de suas primeiras ações como presidente, ele também tomou a iniciativa de retirar² o Brasil do Pacto Global para a Migração³ da Organização das Nações Unidas (ONU), com a justificativa de ser o Brasil um país soberano e que, portanto, deve tomar suas próprias decisões sobre a entrada de imigrantes ao país.

Segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, houve “aumento de 24% no número de imigrantes que entraram no Brasil entre 2011 e 2020⁴”.

¹Neste estudo, faremos uso dos termos imigrantes e refugiados ao nos referirmos aos cidadãos venezuelanos, uma vez que, segundo a legislação, ambos possuem os mesmos direitos assegurados pela Constituição.

² De acordo com reportagens, Bolsonaro optou pela retirada do Brasil do Pacto Migratório. GONÇALVES, Carolina. Bolsonaro confirma revogação da adesão ao Pacto Global para Migração. Agência Brasil, Brasília: 09 jan. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/bolsonaro-confirma-revogacao-da-adesao-ao-pacto-global-para-migracao> Acesso em: 18 mai. 2023.

³ Pacto Global para a Migração da Organização das Nações Unidas (ONU) foi acordado em 2018 pelos Estados-membros da ONU, buscando discutir e fortalecer os direitos dos migrantes. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/pacto-global-para-uma-migracao-segura-ordenada-e-regular> Acesso em: 17 mai. 2023.

⁴ Dados disponíveis em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mj-sp-apresenta-dados-ineditos-sobre-imigracao-e-refugio-da-ultima-decada-no-brasil#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20novos%20refugiados,que%20no%20in%C3%ADcio%20da%20d%C3%A9cada>. Acesso em: 01 mai 2023)

Coincidentemente, a campanha presidencial de 2018 aconteceu na mesma época em que se agravou a crise econômica na Venezuela e que ocasionou muitas migrações para o Brasil. Algum tempo antes, também houve uma grande migração de haitianos, senegaleses e sírios⁵ por motivos de catástrofe natural e guerras, segundo a ACNUR.

Em relação à crise econômica instaurada na Venezuela, a qual se agravou e levou milhares de venezuelanos a migrar para outros países, Seabra (2017) explica que essa crise não é do momento atual, mas desde a eleição de Hugo Chávez⁶ em 1998, quando a oposição se recusou a aceitar sua derrota. O autor também considera o golpe fracassado em 2002, que visava destituir Chávez do poder, como motivo para a crise no país⁷.

Além disso, outro fator gerador da crise na Venezuela foi a produção de efeitos psicológicos e desestabilizadores, por meio de ações violentas com queimas de pneus e

⁵ Ao sofrer uma catástrofe natural (terremoto) em 2010, muitos cidadãos haitianos migraram para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Já com os senegaleses o motivo maior da migração foi a pobreza do país e falta de condições de uma vida digna. E os sírios partiram para o Brasil motivados pela situação política de ditadura vivenciada no país. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sobre-o-acnur/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 06 abr. 2023.

⁶ Hugo Chávez foi presidente da Venezuela no período entre 1999 e 2013 e desenvolveu um regime político que designou de “bolivarianismo”. Ficou popular na política venezuelana após participar de uma tentativa frustrada de golpe contra o presidente Carlos Pérez, em 1992. Foi eleito presidente, em 1998, e esteve à frente do país até falecer vítima de um câncer. [...] Elaborou uma nova Constituição, com a qual convocou nova eleição presidencial para que seu governo se estendesse por seis anos. Chávez também venceu essa ao conquistar 60% dos votos [...]. Esse foi o início do chavismo na Venezuela. Uma das principais ações de Hugo Chávez em seu governo foi a promoção de ações que foram responsáveis pela distribuição de renda no país. Em 2006, nova eleição presidencial foi realizada, e Hugo Chávez alcançou nova vitória, conquistando 63% dos votos. Essa vitória reforçou seu poder e o de seu projeto, conhecido como bolivarianismo ou, nas palavras de Hugo Chávez, “socialismo para o século XXI”. Em 2011, Chávez recebeu a notícia que possuía um câncer na região pélvica. Enquanto estava em tratamento, disputou sua 4ª eleição presidencial. [...] O resultado dessa eleição foi uma nova vitória a Chávez após conquistar 55% dos votos. O novo mandato, porém, foi interrompido pelo seu falecimento em 5 de abril de 2013. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/hugo-chavez.htm>. Acesso em: 31 jul. 2024.

⁷ Elencando alguns momentos mais dramáticos, temos em 11 de abril de 2002 o fracassado golpe de Estado de 47 horas perpetrado por setores patronais, monopólios de comunicação e alguns militares, ao deter ilegalmente o presidente eleito Hugo Chávez culminou na morte de 19 pessoas. Um segundo intento de desestabilização foi desatado entre dezembro de 2002 e março de 2003, onde o principal protagonista fora o corpo diretivo da Petróleos de Venezuela SA, resultou não apenas num saldo muito negativo para a economia do país, dada a redução do PIB em 27% no primeiro trimestre de 2003, como em algumas manifestações oposicionistas numa praça de um elegante bairro de Caracas teve como saldo 3 mortos e 29 feridos. Desde a declaração do ‘Socialismo do Século XXI’ em 2005, repentinamente, alguns produtos básicos não perecíveis começaram a escassear lastreando um tímido mercado negro de papel higiênico, creme dental, café e farinha de milho. São todas manifestações desesperadas de uma oposição incapaz de vencer pela via eleitoral e de construir um consenso ao redor de seu ‘programa político’ (Seabra, 2017, p. 2). Diversos fatores, além dos que foram noticiados pela mídia (queda do valor do petróleo venezuelano) levaram à crise no país. Como explica Seabra (2017), a escassez planejada e o monopólio até mesmo de produtos não perecíveis como macarrão, papel higiênico, creme dental, entre outros, e a alta inflação levaram ao surgimento de mercados clandestinos, inflando, assim, a crise econômica e social no país.

armamento, a chamada “*guarimba*”⁸, o que gerou medo, violação de direitos humanos e criou um sentimento de ingovernabilidade (Seabra, 2017).

Ademais, uma crise de saúde mundial surpreendeu e amedrontou a todos: a SARS-coV-2 (COVID-19). Durante o período de pandemia instaurado por essa doença respiratória, países adotaram posturas restritivas em relação a imigrantes e até mesmo a visitantes e turistas. Por vezes, as fronteiras entre os países, inclusive aéreas, foram fechadas para tentar impedir a proliferação ou a entrada de variantes novas da COVID-19, cujas orientações foram emitidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA⁹).

Diante do exposto, esta dissertação tem como objeto a constituição da(s) fronteira(s) entre Brasil e Venezuela no governo de Bolsonaro. Assim, com fundamento teórico na Análise de Discurso (AD), objetivamos compreender de que modo, pelo discurso, o debate em torno da crise econômica na Venezuela e a imigração de venezuelanos para o Brasil participam do processo de produção da(s) fronteira(s).

Com base nisso, podemos então, indagar: como e que discurso se produziu sobre a crise venezuelana no Brasil? Que efeitos de sentido são produzidos pelas falas do então presidente Bolsonaro sobre a situação da Venezuela? Que efeitos de sentido são produzidos sobre os (i)migrantes pelas falas de Bolsonaro? Que efeitos de sentido as falas de Bolsonaro produzem sobre a fronteira?

A partir das indagações e para tentar compreendê-las, analisamos duas falas de Bolsonaro sobre a fronteira Brasil e Venezuela durante seu mandato. Além disso, desdobramos o objetivo geral em dois objetivos específicos: 1) analisar como a fronteira e a Venezuela são ditas/não ditas em duas falas; 2) refletir sobre sentidos de fronteira, (i)migrantes, refugiados, venezuelanos e Venezuela nessas duas falas.

⁸ Assim são chamadas as barricadas na Venezuela. Símbolo de resistência, os bloqueios nas ruas são feitos pelos manifestantes com madeira ou pneus. Eles ateião fogo às “guarimbas” para evitar a passagem das forças de segurança. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/glossario-para-entender-os-protestos-na-venezuela-21245522> Acesso em: 01/08/2024).

⁹Orientações sobre o COVID-19 segundo a ANVISA:. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus> Acesso em: 18 mai. 2023.

A presente pesquisa adquire relevância ao analisar discursos da/sobre¹⁰ fronteira no contexto da imigração venezuelana no Brasil, um tema que ultrapassa as fronteiras da notícia e se insere no espaço das formações discursivas que moldam nossa sociedade. A partir disso, podemos reconhecer a dimensão social e humana dessa questão, além de observar a forma como o discurso da/sobre a imigração produz efeitos de sentido que nos constituem como sujeitos. Nesse sentido, a análise das falas sobre a fronteira poderá contribuir para a compreensão desse espaço físico e simbólico, bem como dos sujeitos (i)migrantes e a produção dos sentidos que contribuem para a construção de identidades.

Nossa dissertação se divide em seis capítulos: considerações iniciais, no qual abordamos aspectos gerais desta pesquisa; constituição do arquivo e do *corpus*, no qual apresentamos como o arquivo e o *corpus* de análise foram constituídos. No terceiro e quarto capítulo são apresentadas as análises das duas sequências discursivas trabalhadas. No quinto capítulo são abordados os desdobramentos das análises realizadas nos capítulos anteriores e, por fim, tecemos as considerações finais fazendo alguns apontamentos sobre o material analisado durante a dissertação.

¹⁰ É importante abordar o conceito de *discurso sobre*, visto que nosso objeto de análise parte do *discurso sobre* fronteira. De acordo com Mariani (1996, p. 64): “Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre um discurso de* ('discurso' origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja.” Partindo do pressuposto de que não há espaço para o discurso dos venezuelanos, o *discurso sobre* eles se sobressai, principalmente em espaços jornalísticos e de mídias sociais, base de nosso arquivo de análise. Ainda segundo Mariani (1996, p. 64), o “discurso jornalístico, sobretudo na sua forma de reportagens, funciona como uma modalidade de *discurso sobre*, pois coloca o mundo como objeto. A imprensa não é o 'mundo', mas deve [...] torná-lo compreensível para os leitores.”

2 CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO E DO *CORPUS*

Antes de partirmos para as análises, é importante destacar alguns pontos metodológicos e conceitos a serem abordados nos próximos capítulos. Faz-se importante, também, explicar o porquê, as motivações e a contextualização das sequências discursivas escolhidas para a análise.

Nesse sentido, devemos considerar em nossa pesquisa, algumas teorizações em torno da questão do arquivo e do *corpus* para a Análise de Discurso. De acordo com Guilhaumou (2002), precisamos inicialmente considerar o arquivo para depois partirmos para o *corpus*, ou seja, primeiro selecionamos documentos de práticas discursivas e depois analisamos o *corpus*, o recorte delimitado do arquivo com base em critérios lexicais, sintáticos ou enunciativos. É pela leitura do arquivo que o analista produz gestos de interpretação sobre a discursividade, visto que este apresenta efeitos de sentido devido à relação entre língua e história, como explicita Pêcheux (1994, p. 63):

É esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo.

Ainda, um arquivo nunca será o mesmo, sua materialidade faz com que signifique de um modo e não de outro, além disso, os gestos possíveis de leitura possibilitam seu recorte de uma maneira e não de outra. É na materialidade descritiva do arquivo que o real da língua e o real da história se relacionam¹¹. Sendo, portanto, através dos gestos de leitura que esta relação será mostrada. Ler o arquivo significa desconstruir e reconstruir os sentidos, buscando novas interpretações e compreensões. Pêcheux (1994, p. 57) propõe que a leitura de arquivos seja

Um espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma’.

Conforme expõe Barbosa Filho (2022a), a partir de uma tomada de posição discursiva é que se trabalha o arquivo. O arquivo não é, portanto, um conjunto de dados,

[...] mas um campo de documentos [...]. Ele permite o estabelecimento de relações de sentido a partir de funcionamentos linguísticos (estejam ele escritos, materialmente formulados nos documentos, ou inscritos,

¹¹ Para Pêcheux (2008), o real da língua é sua própria estrutura, na qual se pode produzir o deslocamento e o equívoco. E o real da história está na ordem do processo e das práticas discursivas mediado pela linguagem e pelas formações ideológicas.

presentes pela ausência, como no caso de um efeito de pré-construído¹²) (Barbosa Filho, 2022a, p. 11).

E é nesse campo de documentos que podemos observar os sentidos produzidos com base no real e na materialidade da língua e na história, pensando nas discursividades presentes, no já-dito e nas discursividades passíveis de serem formuladas.

Ao falarmos de discurso, estamos tratando dos efeitos de sentidos que resultam de relações com outros discursos, o já-dito. Não há um começo, nem um ponto final para ele, pois sempre estará em relação com outros discursos materializados, imaginados ou possíveis. Como explica Pêcheux (1997, p. 85), “supomos que a percepção é sempre atravessada pelo ‘já ouvido’ e o ‘já dito’, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas”.

Com fundamento no exposto, apresentamos, na sequência, o recorte de análise.

2.1 O RECORTE

Na campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro¹³, representando o Partido Social Liberal (PSL)¹⁴, enfrentou como seu principal adversário Fernando Haddad¹⁵, do Partido

¹² Como pré-construído entendemos um elemento discursivo que já existe, que está "pré-formado" em um determinado contexto social e cultural, e que é incorporado em um novo enunciado. “Corresponde ao “sempre-já-ai” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade” (Pêcheux, 1995, p. 164).

¹³ Nascido em Campinas (SP), em 21 de março de 1955, Jair Bolsonaro é descendente de imigrantes italianos, que chegaram ao Brasil depois da Segunda Guerra Mundial. Filho de Percy Geraldo Bolsonaro e de Olinda Bonturi Bolsonaro, Jair é casado com Michelle, com quem teve sua filha caçula, chamada Laura. Jair Bolsonaro é pai de cinco filhos. Flávio, Carlos e Eduardo. É pai também de Renan e Laura. Jair Bolsonaro foi eleito em outubro de 2018 presidente da República com 57.797.847 dos votos, 55,13% do eleitorado brasileiro, pela Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL/PRTB). Sua carreira política começou em 1988, quando concorreu à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e conseguiu uma vaga no Legislativo da cidade. Em 1990, dois anos depois de eleito, conquistou o primeiro dos sete mandatos consecutivos no cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro. Em 2014, foi o mais votado no Rio de Janeiro na disputa pela Câmara Federal, com 464.565 votos - conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em seus mandatos parlamentares, destacou-se especialmente pela defesa dos direitos dos militares ativos, inativos e pensionistas. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/biografia/biografia>. Acesso em: 17 mai. 2023.

¹⁴ Partido fundado em 30 de outubro de 1994. Defende menor participação do Estado na economia e direcionamento total dos recursos arrecadados pelo Estado para a saúde, a educação e a segurança. Ganhou notoriedade em 2018 com a eleição presidencial de Bolsonaro. Disponível em: <https://psl.org.br/opsl/>. Acesso em: 17 mai. 2023.

¹⁵ Nasceu em 25 de janeiro de 1963 na cidade de São Paulo. Professor Doutor do DCP-USP, possui graduação em Direito (1985), mestrado em Economia (1990) e doutorado em Filosofia (1996), todos pela Universidade de São Paulo. Foi Subsecretário de Finanças do município de São Paulo (2001-2003), Assessor Especial do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão (2003-2004), Secretário Executivo do Ministério da Educação (2004-2005) e Ministro da Educação (2005-2012). Foi Prefeito da cidade de

dos Trabalhadores (PT)¹⁶. No entanto, o candidato da direita evitou confrontos diretos em debates realizados no período, focando sua estratégia em uma campanha fortemente vinculada às mídias digitais¹⁷, principalmente redes sociais como *Instagram* e *Twitter* (atual *X*)¹⁸.

Após catorze anos de mandato do PT (partido da esquerda brasileira) e de uma disputa acirrada noticiada pela mídia, Bolsonaro assumiu a presidência em 2019 e continuou com sua “estratégia” de comunicação com seus eleitores em mídias digitais apresentando até mesmo suas escolhas ministeriais por elas. Este cenário é o que constitui o recorte temporal de nosso trabalho, o mandato de presidente (2019-2022).

Nesta pesquisa, sem perder de vista o objetivo geral: de que modo, pelo discurso, o debate em torno da crise econômica na Venezuela e a imigração de venezuelanos para o Brasil participam do processo de produção da(s) fronteira(s), foram selecionadas duas falas de Bolsonaro durante seu mandato (2019-2022). Utilizando-nos de plataformas digitais para a realização de buscas dos materiais, tomamos como ponto de partida falas que apresentassem alguma destas palavras: fronteira, (i)migrantes,

São Paulo. Atualmente é Ministro da Economia. Disponível em: <https://dcp.fflch.usp.br/fernando-haddad>. Acesso em: 17 mai. 2023.

¹⁶ Foi oficializado partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Defensor do socialismo democrático, o PT foi fundamental na mobilização social conhecida como Diretas Já, que reivindicou eleições presidenciais diretas no Brasil. Lula, Tancredo Neves, Leonel Brizola e Miguel Arraes foram alguns dos protagonistas do movimento. Teve como primeiro presidente eleito, em 2002, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Já em 2010, Dilma Rousseff tornou-se a primeira mulher presidente do Brasil pelo partido. Disponível em: <https://pt.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 17 mai. 2023.

¹⁷ Reportagens de sites como G1 mostram a “estratégia” do então candidato e que contribuiu para sua vitória nas urnas no segundo turno: “A vitória de Jair Bolsonaro, que tinha apenas oito segundos da propaganda eleitoral do PSL, fez muita gente considerar ainda mais importante o papel das redes sociais. Afinal, ele estruturou sua campanha unicamente para as redes sociais. Desde 2014 ele recorre ao twitter para atacar adversários. Foi assim que assumiu a condição de anti-PT. E depois de eleito para fazer anúncios de decisões, como escolha de ministros. Entre todos os candidatos à presidência, Bolsonaro e o candidato do PT, Fernando Haddad, que chegou em segundo lugar, eram os que tinham estratégias de comunicação definidas especificamente para as redes sociais”. (LÔBO, Cristina. *Redes sociais mudam completamente a relação dos eleitores com seus representantes*. G1, 31 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/cristiana-lobo/post/2018/12/31/redes-sociais-mudam-completamente-a-relacao-dos-eleitores-com-seus-representantes.ghtml> Acesso em: 12 mai. 2023)

¹⁸ A rede social “Twitter” foi desenvolvida por Jack Dorsey, Christopher I. Stone, Noah E. Glass, Jeremy LaTrasse e Evan Williams em 21 de março de 2006, em São Francisco, Califórnia. A ideia surgiu enquanto Dorsey, Stone e Williams trabalhavam na empresa de podcasting “Odeo” e estavam desenvolvendo um sistema interno de mensagens para a mesma. Dorsey foi responsável pela primeira mensagem (ou tweet) oficial lançada no que se tornaria mais tarde uma das maiores redes sociais do mundo. No mesmo ano, a versão final do Twitter é lançada, os sócios Dorsey, Williams e Stone compram a Odeo e a transformam na “The Obvious Corporation”. [...] Nos anos seguintes, o Twitter vai alcançando o posto de rede social mais popular do mundo, sendo utilizada, por exemplo, para uma transmissão ao vivo da International Space Station em 2010 pelo astronauta Timothy Creamer ou quando influenciou o que viria a ser conhecido como “Primavera Árabe”. Em 2022, o Twitter cede 9,2% de suas ações ao bilionário Elon Musk, que muda o nome jurídico do Twitter Inc para X Corp. Disponível em: <https://nupecifpa.com/a-historia-do-twitter/> Acesso em: 08 ago. 2024.

refugiados, venezuelanos e Venezuela, sendo as falas oficiais ou não, na materialidade escrita ou oral.

Após a busca, ao observarmos diversas páginas jornalísticas que apresentavam falas de Bolsonaro com as palavras pesquisadas, optamos pela seleção de apenas um jornal, no caso, o jornal *Correio Braziliense*¹⁹ por ser considerado um dos primeiros jornais brasileiros e por abordar notícias e fatos políticos (foco de nossa pesquisa). Também realizamos buscas na rede social *Twitter*, visto que, como já mencionado, é um meio bastante utilizado por Bolsonaro para comunicação com eleitores e para exposição de suas decisões relacionadas ao país.

O material, portanto, foi selecionado a partir da plataforma digital *Twitter*, em uma publicação do ex-presidente (discurso escrito) e de uma matéria jornalística do jornal online *Correio Braziliense*, entretanto, essas falas foram retiradas de uma *live* e, portanto, são transcrições da oralidade para a escrita (discurso oral) de Bolsonaro. Vale ressaltar que a mesma matéria disponibiliza o vídeo da *live*²⁰ realizada, no qual é possível observar as transcrições do áudio original. Para melhor visualização, apresentamos o material a seguir:

Quadro 1: Materiais selecionados para análise

Material selecionado do *Twitter*: O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros. NÃO AO PACTO MIGRATÓRIO.

Material selecionado do jornal *Correio Braziliense*: Irmãos venezuelanos, sabemos o sofrimento de vocês, como vocês chegaram nessa situação, o que uma pessoa está fazendo contra vocês na Venezuela. O Brasil é um país de pessoas que têm profundo respeito pelo sofrimento dos outros. Sei que vocês gostariam de estar no país de origem, mas saíram de lá para fugir da ditadura, de necessidade e até mesmo da violência. O Brasil é um país humanitário que faz o trabalho de acolhê-los e integrá-los ao restante do país. O que a gente mais gostaria que acontecesse é que a Venezuela voltasse à normalidade e que vocês tivessem a vida que tinham no passado antes da chegada da ditadura.

Fonte: elaborado pela autora.

¹⁹ O Jornal *Correio Braziliense* é considerado o primeiro jornal brasileiro e foi fundado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado, em 1808. O jornal era produzido em Londres devido à censura que Portugal impunha ao Brasil e chegava ao País de forma clandestina por meio de navios. Em 1960 o *Correio Braziliense* foi reformulado por Assis Chateaubriand [...]. Logo, em 21 de abril de 1960, a nova versão do jornal *Correio Braziliense* foi lançada. O *Correio Braziliense* é hoje um dos jornais mais lidos no Distrito Federal e atualmente encontra-se também em plataformas digitais como o site correio braziliense.com.br e o Podcast do Correio. (Lopes, Danielle de C. Uma análise de conteúdo das notícias do *Correio Braziliense* sobre a Ceilândia. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FASA. Brasília, 2007).

²⁰ Reportagem com a live de Bolsonaro: Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/10/4958136-em-roraima-bolsonaro-filma-refugiados-nao-queiro-isso-para-nosso-pais.html> Acesso em: 15 set. 2022.

Outro ponto a ser destacado é o período das publicações ou dos recortes selecionados. O *tuíte* do presidente foi postado em janeiro de 2019, ou seja, no primeiro mês de seu mandato e mostrou uma decisão importante com relação aos migrantes. Já a *live* e a reportagem foram realizadas em outubro de 2021, período no qual o mundo enfrentava o segundo ano de pandemia pela COVID-19 e no qual a mídia noticiava uma grande imigração de venezuelanos ao Brasil.

As escolhas por essas falas também foram motivadas pela diferença entre o discurso escrito e o discurso oral. Como expõe Gallo (2017, p. 428), “para além de sua constituição gráfica, a escrita se constitui como uma forma material ligada ao poder”. Essa forma de discurso, segundo a autora, se institucionaliza e constroi um sentido “que produzirá um efeito de ‘fim’ e de unicidade para o texto institucionalmente constituído” (Gallo, 1989, p. 71). Em tempo, cabe destacar que os discursos escritos são materializados em instituições de poder, nisto, a escrita e a instituição se legitimam (Gallo, 2017).

Já o discurso oral, de acordo com Gallo (1989), não apresenta a formalidade encontrada no discurso escrito e para além disso, “é a prática linguística que não passa nem pelo processo de legitimação, nem pelo processo de institucionalização, e continua a produzir, indefinidamente, um sentido ambíguo e inacabado” (Gallo, 1989, p. 72).

Todavia, se faz necessário explicar que há uma normatização dos espaços enunciativos informatizados, como o *Twitter* de onde retiramos um dos materiais. Conforme Gallo (2017), o discurso escrito vem perdendo seu poder de legitimação conforme ocorre essa normatização:

Quanto aos discursos de escrita, esses, que já tem sua formulação determinada por uma normatização específica, historicamente constituída, passam a sofrer, nos espaços enunciativos informatizados, a sobredeterminação de uma normatização tecnológica (Gallo, 2017, p. 429).

Ainda segundo a autora, cada dizer deve se submeter à normatização da rede específica na qual fará sentido e como recompensa terá sua grande circulação “a milhões de leitores, em um único dia” (Gallo, 2017, p. 431).

Sabemos que a fala de um sujeito na posição de um chefe de Estado se torna de uma importância singular. A posição presidencial possibilita ao sujeito uma legitimidade ímpar, tornando suas palavras não apenas declarações, mas discursos que produzem sentidos que moldam a nação. A formalidade de tal fala reflete a grandeza do cargo e a necessidade da comunicação clara, precisa e respeitosa. No entanto, mesmo

sendo uma fala de um presidenciável, ao se submeter às normatizações do espaço midiático, podemos observar uma perda da legitimidade que as condições de produção lhe conferiam. Conforme explica Gallo (2017, p. 432):

[...] para certos discursos de escrita, submeter-se a uma normatização cujo funcionamento é midiático, pode significar uma contradição, pois embora os textos passem a circular mais, em contra-partida nessa circulação eles vão perdendo legitimidade, na medida em que vão se afastando de certas condições de produção que lhe conferem poder político.

Isso pode ocorrer com os discursos que serão analisados nesta dissertação, o que, no entanto, “não esconde as marcas do discurso onde os sentidos e os sujeitos se constituem” (Gallo, 2017, p. 433). Para a ideologia não há exterior, portanto, esses discursos selecionam seus interlocutores, mas ao mesmo tempo, todos têm acesso à eles da mesma forma (Gallo, 2017).

Como expõe Gallo (2020), hoje temos a forma-discurso de escritorialidade, que, segundo a autora, nada mais é do que o fim dos distintos discursos de escrita e de oralidade, sendo o processo de mediação que se verifica sobre a materialidade técnica digital. Na materialidade escrita, por exemplo, era a normatização por meio de instituições que validava estes discursos. No entanto, no meio digital não há instituições que validam e legitimam os discursos, pois eles têm seu acesso irrestrito e podem ser amplamente disseminados sem censura ou necessidade de aprovação.

Assim, os discursos analisados neste estudo, embora apresentem as características da forma-discurso de escritorialidade, ainda carregam marcas de sua produção histórica e ideológica. Apesar de vermos uma universalidade ao acesso de distintas materialidades linguísticas pela mediação, observamos que as relações de poder que constituem e que orientam os discursos permanecem. Além disso, o fim da distinção entre escrita e oralidade, característica da era digital, não elimina a formação das normas e instituições que continuam a moldar a produção e a circulação dos discursos, mesmo não os validando e legitimando em um ambiente aparentemente mais democrático e aberto.

A partir destes apontamentos, apresentaremos as entradas lexicais no material analisado.

2.2 ENTRADA LEXICAL: FRONTEIRA, (I)MIGRANTES, REFUGIADOS, VENEZUELANOS E VENEZUELA

À luz do que foi apresentado, consideramos na montagem do arquivo matérias jornalísticas e publicações de redes sociais. Nessa empreitada, para compor o *corpus* de análise, optamos por entradas lexicais, ou seja, focamos em palavras que se referem à fronteira, (i)migrantes, refugiados, venezuelanos e Venezuela.

É importante ressaltar que consideramos que os sentidos não estão no léxico, mas que as palavras estão em relação, como expõe Barbosa Filho (2024, p. 189),

As palavras não são unidades dotadas de um conteúdo semântico imanente, mas traços vazios que só adquirem sentido na relação do intradiscurso com o interdiscurso²¹. Elas não contêm nada, mas adquirem sentido nessas relações.

Ao afirmar que as palavras são “traços vazios” que adquirem sentido nas relações discursivas, o autor nos mostra que o significado não é uma propriedade intrínseca das palavras, mas sim um efeito de sentido construído nas relações entre os discursos.

No que diz respeito às palavras (i)migrantes e refugiados, entendemos que é possível relacioná-las retomam ao povo da Venezuela. Além disso, observamos que, conforme a legislação, tanto (i)migrantes quanto refugiados possuem os mesmos direitos. Dessa forma, julgamos importante incluir as definições a seguir.

Segundo o site oficial da Casa Civil²², migrante é um

[...] termo guarda-chuva, não definido pela legislação internacional, refletindo um entendimento comum de uma pessoa que se desloca do seu local habitual de residência, dentro de um país ou cruzando uma fronteira internacional, temporária ou permanentemente por várias razões.

No mesmo site, sobre refugiado encontramos a seguinte definição:

Refugiados estão fora de seu país de origem por motivos de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade,

²¹ Vejamos os conceitos de interdiscurso e intradiscurso expostos por Pêcheux (1995). Segundo ele, o interdiscurso se refere a um conjunto de sentidos que permeiam todos os discursos, o que o autor chama de “todo complexo com dominante” das formações discursivas. E acrescenta ainda: o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (...) sempre “antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a denominação do complexo das formações ideológicas. (Pêcheux, 1995, p. 162). Já o intradiscurso é considerado por Pêcheux (1995) como o fio discursivo, ou seja, “é o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora com relação ao que eu disse antes e ao que eu direi depois)” (Pêcheux, 1995, p. 166).

²²BRASIL. Casa Civil. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> Acesso em: 15 abr. 2023.

grupo social ou opinião política. Também é considerado refugiado quem foi forçado a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e graves violações dos direitos humanos [...] Não se trata de uma escolha, mas, sim, da única opção possível.

Há diferenças entre os dois termos, pois no primeiro a ação de saída do país ocorre apenas por “vontade própria”, enquanto no segundo há uma necessidade de mudança de local em busca de melhores condições de vida e garantia dos direitos humanos.

No entanto, apesar dessas diferenças, as leis que regulamentam a situação de migrantes e refugiados no Brasil são as mesmas. Ainda de acordo com o site da Casa Civil, tanto brasileiros quanto migrantes ou refugiados têm os mesmos direitos – no que diz respeito à letra da lei – com relação à vida, à igualdade, à liberdade, à propriedade e à segurança, assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Cabe destacar que o termo refugiado surgiu na década de 1950 na Convenção do chamado Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e é, portanto, um termo de constructo social. Como podemos observar:

A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi formalmente adotada em 28 de julho de 1951 para resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Esse tratado global define quem vem a ser um refugiado e esclarece os direitos e deveres entre os refugiados e os países que os acolhem²³.

No Brasil, temos a Lei 9.474 de 1997 que determina a condição de refugiado e cria o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, no âmbito do Ministério da Justiça. De acordo com essa lei, é considerado refugiado:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

E expõe também sobre os direitos dos refugiados:

Art. 5º O refugiado gozará de direitos e estará sujeito aos deveres dos estrangeiros no Brasil, ao disposto nesta Lei, na Convenção sobre o

²³ Convenção de 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/1997> Acesso em: 18 abr. 2023.

Estatuto dos Refugiados de 1951 e no Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, cabendo-lhe a obrigação de acatar as leis, regulamentos e providências destinados à manutenção da ordem pública.

Assim, embora sejam frequentemente chamados de imigrantes, os venezuelanos também podem ser considerados refugiados, de acordo com o exposto acima, tendo em vista que estão no Brasil por motivos de asseguramento dos direitos humanos que não estão conseguindo em seu país de origem devido à crise econômica instaurada nesse lugar.

Nesta pesquisa, especificamente, consideramos tanto o termo imigrante quanto o termo refugiado para referência aos venezuelanos, uma vez que a lei que regulamenta essas condições são as mesmas.

Assim como fizemos em relação aos termos (i)migrantes e refugiados, apresentamos algumas definições de fronteira²⁴, sendo a primeira delas encontrada no dicionário Houaiss online²⁵:

substantivo feminino

1 parte extrema de uma área, região etc., a parte limítrofe de um espaço em relação a outro <havia patrulhas em toda a f.>

2 p.ext. a área contígua a essa parte extrema <as cidades da f.>

3 o marco, a raia, a linha divisória entre duas áreas, regiões, estados, países etc. <o rio servia de f. entre as duas fazendas> <somente à noite, atravessaria a f. do estado>

4 p.ext. o fim, o termo, o limite esp. do espaço <para a ciência, o céu não tem f.>

5 fig. o limite, o ponto extremo de algo de cunho abstrato <havia chegado à f. da decência>

6 fig.(da acp. 3) o limiar, a raia, o limite entre dois espaços, estados, situações etc. <doente, sabia que vivia na f. da morte>

7 fis região de separação entre um sistema físico e a sua região externa

8 mat a totalidade dos pontos existentes nas linhas fronteiriças de um conjunto; contorno

9 mil; ant. expedição militar que objetivava defender os confins de um país, região etc.

²⁴ De acordo com Rodrigues (2015), da área da Geografia, não devemos mais considerar a fronteira unicamente como limite físico ou político, pois com a consolidação dos Estados-nação e fortalecimento do capitalismo, a fronteira passa a ter uma importância econômica maior, juntamente com os processos de integração regional e mundial. Já numa perspectiva sociológica, a fronteira, para Martins (2009, p. 133), “é essencialmente o lugar da alteridade”. Para ele, é na fronteira que os diferentes se encontram, num primeiro momento, sendo um lugar de descoberta do outro. Mas é também onde ocorre o desencontro a partir de diferentes concepções de mundo dos grupos humanos e das diferentes temporalidades históricas em que cada grupo está situado.

²⁵ Dicionário Houaiss Online. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/v7-0/html/index.php#1 Acesso em: 15 set. 2024.

Além disso, no Artigo 1º da Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, encontramos a seguinte definição para Faixa de Fronteira:

É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira.

Essa definição vai ao encontro daquela do dicionário, ou seja, é o limite territorial. Sendo essa mesma definição encontrada na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, parágrafo 2º, referindo-se como “bens da União”.

Ainda, para orientar a entrada lexical que optamos para este trabalho, incluímos a noção de “espaço de fronteira”, que é definida por Lemos (2019) como um espaço material (político-simbólico) que faz parte de “um processo indissociável da constituição dos sujeitos e das línguas. A autora parte do pressuposto de que não há um espaço vazio, previamente constituído antes dos sujeitos que o habitam, “nem sujeitos que não estejam constituídos no/pelo espaço” (Lemos, p. 23-24). Ou seja, o “espaço de fronteira” faz parte da constituição dos sujeitos. Como Lemos (2019) ainda expõe:

[...] a fronteira é um espaço produzido, indissociável dos sentidos e das fronteiras entre sujeitos e línguas, alicerçados na definição de fronteira como espaço material (político-simbólico) (Orlandi, 2001b) e na relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço (Rodríguez-Alcalá, 2011a). Nesse sentido, não dissociamos a demarcação geopolítica, a linha fixa, identificada a um espaço imaginariamente estabilizado – uma fronteira “traçada”, de uma fronteira “vívda”, carregada de conteúdo social (Sturza, 2010, p. 343), identificada a um espaço móvel, fluido, embora não haja uma coincidência entre uma fronteira “traçada” e outra fronteira “vívda” socialmente (Lemos, 2019, p. 72).

No imaginário de uma nação, as fronteiras são delimitadas e colaboram para formar o espaço geopolítico de um país. Assim como a bandeira, o hino e a língua nacional, as fronteiras constituem “símbolos” que representam o patriotismo e a formação identitária de um povo. São as lutas e batalhas passadas, como as da formação do território que também contribuem para essa ideia de unidade.

2.3 SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SDs)

Como fundamento para sequência discursiva (SD), utilizamos o conceito de Courtine (2009, p. 101): “uma sequência linguística (de dimensão sintagmática inferior,

igual ou superior a uma frase) [...] o lugar onde se realiza a sequencialização dos elementos do saber [...]”. Essas sequências não são apenas frases isoladas, mas sim conjuntos de frases que se relacionam entre si e que expressam uma determinada ideia ou argumento. São construídas a partir de elementos linguísticos e são influenciadas pelo contexto sócio-histórico em que são produzidas. Ademais, são elas que permitem ao analista de discurso compreender os efeitos de sentido e as redes de filiação dos discursos.

Barbosa Filho (2019) corrobora ao afirmar que não devemos considerar a sequência discursiva “como um mero arranjo de palavras” (Barbosa Filho, 2019, p. 137), mas sim

[...] a partir de critérios que levem em conta determinações conjunturais, exteriores, que ultrapassem tanto a pura conjugação sintática quanto o ‘contexto’ e a ‘situação’, seja ela restrita ou ampla (Barbosa Filho, 2019, p. 137-138).

Ou seja, as sequências discursivas não são meras justaposições de frases, mas sim um tecido complexo no qual elementos linguísticos (palavras, frases, estruturas gramaticais) e extralinguísticos (contexto histórico, social, cultural) se entrelaçam para construir o significado.

A partir disso, mantivemos o *tuíte* como sequência discursiva 1 (Sd₁) e a fala da *live*, encontrada na matéria jornalística, como sequência discursiva 2 (Sd₂). Entendemos que a Análise de Discurso permite mostrar os processos de formação do sentido, os quais não se encontram de forma transparente no enunciado. Entretanto, não tomaremos o texto da matéria jornalística na íntegra, nem toda a fala da live. Assim, ao dividi-lo em unidades menores, buscamos evidenciar os mecanismos de encaixe e articulação que constituem a memória discursiva²⁶ presente no real da língua. Sendo assim, dividimos o arquivo pesquisado em duas sequências discursivas e, consideramos, por conseguinte, o seguinte quadro com as sequências discursivas selecionadas dos materiais:

²⁶ Com relação à memória discursiva, Pêcheux (1999) coloca que esta não deve ser entendida em seu sentido biológico e individual, “mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (*ibidem*, p.50). Em outras palavras, a memória discursiva é um conceito fundamental para compreender como os discursos se constroem e se relacionam com o contexto histórico e social. Ela se refere à existência histórica de enunciados pré-construídos que servem como base para a produção de novos sentidos.

Quadro 2: Sequências Discursivas

Sd ₁	O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros. NÃO AO PACTO MIGRATÓRIO.
Sd ₂	Irmãos venezuelanos, sabemos o sofrimento de vocês, como vocês chegaram nessa situação, o que uma pessoa está fazendo contra vocês na Venezuela. O Brasil é um país de pessoas que têm profundo respeito pelo sofrimento dos outros. Sei que vocês gostariam de estar no país de origem, mas saíram de lá para fugir da ditadura, de necessidade e até mesmo da violência. O Brasil é um país humanitário que faz o trabalho de acolhê-los e integrá-los ao restante do país. O que a gente mais gostaria que acontecesse é que a Venezuela voltasse à normalidade e que vocês tivessem a vida que tinham no passado antes da chegada da ditadura.

Fonte: elaborado pela autora

A partir deste quadro, apresentaremos, nos capítulos seguintes, as análises das sequências discursivas.

3 NÃO É QUALQUER UM QUE ENTRA EM NOSSA CASA

Apresentaremos, agora, a análise a partir da sequência discursiva 1, buscando evidenciar os recursos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e contribuem para a construção de seus sentidos.

3.1 QUEM (NÃO) ENTRA NO BRASIL?

Na Sd₁, retirada de um tuíte do então presidente Bolsonaro, datado de 09/01/2019, ferramenta muito utilizada por ele para comunicação com seus eleitores, observamos a posição de retirada do Brasil do Pacto Migratório²⁷.

Figura 1: *Tuíte* do então presidente Bolsonaro



Fonte: Twitter²⁸

²⁷ Inspirado na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Global para Migração foi assinado por 164 países, entre eles o Brasil, em dezembro de 2018, em conferência que ocorreu em Marraquexe, no Marrocos. Trata-se de um documento abrangente para melhor gerenciar a migração internacional, enfrentar seus desafios e fortalecer os direitos dos migrantes, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e expressa o compromisso coletivo dos Estados-membros de melhorar a cooperação na migração internacional. O Pacto ‘reconhece que nenhum Estado pode abordar a migração sozinho e defende sua soberania e suas obrigações sob a lei internacional’. O documento apresenta uma estrutura cooperativa não juridicamente vinculante que se baseia nos compromissos acordados pelos próprios Estados há dois anos na Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes. (...) O documento destaca 23 objetivos para a cooperação internacional em relação à imigração.

²⁸ Disponível em: <https://twitter.com/@jairbolsonaro>. Acesso em: 12 set. 2023.

Considerando a materialidade linguística da Sd₁, inicialmente ressaltamos o enunciado: “*O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes*” que introduz o texto da Sd. Ao continuar a leitura, observamos que o substantivo *Brasil* é retomado pelo advérbio dêitico²⁹ *cá* no enunciado “Quem porventura vier para *cá*”, permitindo a substituição “Quem por ventura vier para o *Brasil*”.

De acordo com Fiorin (2003), só podemos identificar a referência dêitica a partir do contexto de enunciação e, neste caso, podemos afirmar esta retomada dêitica pelo lugar (físico) da fala de Bolsonaro: o Brasil. Ainda, a locução adverbial *em nossa casa* retoma *Brasil*, inscrevendo na própria materialidade linguística o jogo metafórico: “Não é qualquer um que entra em *nossa casa*, nem será qualquer um que entrará *no Brasil* via pacto adotado por terceiros”.

É importante ressaltar, nesse jogo de substituições, a ênfase de que *não é qualquer um* que pode entrar no Brasil. A locução pronominal indefinida *qualquer um* nos leva a questionar sobre a quem se refere. Contudo, essa forma vaga do pronome poderá ser entendida de maneira diferente, especialmente quando o relacionamos a outros termos na Sd, como *migrantes* e *quem porventura vier para cá*, além de *pacto adotado por terceiros* e *pacto migratório*. *Não é qualquer um* nos leva a pensar que há critérios seletivos para a entrada em determinados lugares, reforçando a ideia de hierarquia e distinção social. A negação do acesso gera uma produção de sentido de exclusão e marginalização para aqueles que não atenderem a critérios. Desse modo, cabe perguntar: Quem decide quem pode ou não adentrar um país?

Neste ponto, é importante revisitar o enunciado “Não é qualquer um que entra em *nossa casa*, nem será qualquer um que entrará *no Brasil* via pacto adotado por terceiros”. Além das observações expostas, observamos duas orações coordenadas indicando negação: A primeira oração, no presente do indicativo, produz sentido de que nem qualquer um entra na casa: *Não é qualquer um que entra em nossa casa*. A segunda oração, no futuro do presente do indicativo, nega que qualquer um entrará no

²⁹ De acordo com Fiorin (2003), o dêitico é um elemento linguístico que indica o lugar ou o tempo em que um enunciado é produzido ou então os participantes de uma situação de produção do enunciado, ou seja, de uma enunciação. São dêiticos os pronomes pessoais que indicam os participantes da comunicação eu/tu; os marcadores de espaço, como os advérbios de lugar e os pronomes demonstrativos (por exemplo, aqui, lá, este, esse, aquele), os marcadores de tempo (por exemplo, agora, hoje, ontem). Um dêitico só pode ser entendido dentro da situação de comunicação.

Brasil via pacto: *nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros*.

Podemos pensar, então, sobre a relação entre *não* e *nem*. De acordo com Bechara (2009), as expressões *não* e *nem* são consideradas advérbios de negação, e observamos, portanto, sua equivalência semântica; ambas atribuem um valor de negação à existência, “ao estado de coisas” (Bechara, 2009, p. 247). Na estrutura dos enunciados analisados, essa equivalência é retomada pelos elementos substituíveis – *não* entrará em nossa casa e *nem* entrará no Brasil. Ambos negam a entrada: na casa e no Brasil.

Considerando o que foi apresentado, com o objetivo de enfatizar o processo de descrição da Sd₁, especialmente no intuito de compreender a base material linguística e os processos semânticos, proporemos algumas paráfrases. Antes disso, faremos uma breve introdução aos aspectos teóricos relacionados, conforme abordado por Léon e Pêcheux (2011).

Léon e Pêcheux (2011) diferenciam um importante elemento para a Análise de Discurso: a paráfrase. Consideramos, então, que o analista de discurso cerca os sentidos de uma determinada sequência discursiva “por meio de suas possibilidades de substituição, comutação e paráfrase” (León e Pêcheux, p. 165). Ou seja, por meio de mudanças de níveis sintaticamente recuperáveis, o analista fundamenta suas análises.

Ainda, segundo os autores, as frases analisadas podem ser segmentadas a depender dos critérios utilizados nas segmentações. São essas sequências discursivas autônomas que servirão como unidade máxima de comparação nas análises. E, em seguida, realiza-se, então, a análise sintática, com base em algumas particularidades da teoria apresentada por Chomsky em *Aspects*, como a decomposição da frase em proposições e as possíveis transformações. Acrescentando-se à esta teoria alguns elementos:

Um desses elementos é a introdução de ligações horizontais entre as proposições. [...] Essas ligações horizontais podem ligar duas proposições de mesma natureza coordenadas, ou ainda uma incisa ou uma relativa apositiva à proposição da qual ela depende (Léon e Pêcheux, 2011, p. 168).

Léon e Pêcheux (2011) apontam a diferença entre a paráfrase sintática e a paráfrase discursiva. Segundo os autores, o primeiro caso consiste em colocar em relação duas sequências “cujo conteúdo lexical é idêntico e onde a variação se situa no nível da estrutura sintática” (León e Pêcheux, 2011, p. 169). Já, o segundo caso resulta da diferença de sentido que essa variação sintática pode gerar, o chamado

“espelhamento”. Assim como, há a paráfrase de estrutura sintática fixa e com variação lexical, mas que possibilita interpretar os resultados em termos de “deriva” do sentido. São nesses elementos, espelhamento e deriva, que o analista de discurso se volta ao fazer suas análises.

Ademais, é por meio das paráfrases que se compreende como um enunciado se inscreve em determinadas formações discursivas, além de seu contexto histórico, social e ideológico.

Com base nos autores citados, buscamos elaborar paráfrases focando nos efeitos de sentido que elas podem mostrar a partir do material analisado. Portanto, baseados no material e nas análises até o momento, temos como paráfrases:

Sd_{1,1}: Migrantes não entram em *nossa casa/no Brasil*.

Sd_{1,2}: Nem migrantes/nem qualquer um entram em *nossa casa/no Brasil*.

A casa e o Brasil produzem, metaforicamente, sentidos de uma identidade coletiva, delimitada por fronteiras e exigindo autorização para o ingresso. Essa repetição produz, pelo efeito de sentido da negação, uma deriva dos sentidos de “nossa casa” como familiaridade e pertencimento. Ao repetir *Brasil*, o discurso reforça o imaginário de uma identidade nacional. E nesse processo de significação, um *nós se* opõe a um *eles*. Nessa direção, deslizam os sentidos dos dêiticos *cá* e *nossa casa* como aproximação ao interlocutor do objeto *Brasil*, o que lhe conferiria um caráter familiar e acolhedor.

De maneira semelhante, observamos os verbos *vir* e *entrar*. Em um primeiro momento, poderíamos dizer que o primeiro conota “movimento” em direção a algum lugar, possibilitando uma chegada. No contexto de migração analisado isso poderia ser interpretado como uma esperança de algo novo para os venezuelanos. Entretanto, Bolsonaro, colocando-se no discurso como sujeito, possibilita outros sentidos para este *vir* dos imigrantes, pois coloca imposições para esta chegada, além dos sentidos já analisados do imigrante como *qualquer um*.

Com relação ao verbo *entrar*, observamos que ele apresenta a acepção de “ultrapassar algo”: uma barreira, um limite³⁰, permitindo a construção da seguinte paráfrase:

Sd_{1.3}: Migrantes não ultrapassarão a fronteira do Brasil.

No contexto de migração analisado, ultrapassar pode ser interpretado então como a linha de fronteira (física). Os migrantes *entram/ultrapassam* a fronteira. Essa entrada em outro espaço físico deveria ser para os migrantes a busca de um lugar com melhores condições de vida. No entanto, o verbo *entrar* produz um sentido negativo no posicionamento discursivo de Bolsonaro. A Sd₁ analisada produz efeito de sentido de que há uma transgressão ao *entrar/ultrapassar* a fronteira do país e que há condições estabelecidas para que essa entrada seja aceita ou negada.

Para concluir esta seção, destacamos que a locução adverbial “*via pacto adotado por terceiros*” especifica como a entrada no Brasil seria negada, reforçando a exigência de autorização externa para ingressar em um local, o que reafirma relações de poder e subordinação.

3.2 A QUESTÃO DA SOBERANIA

Nesta seção, buscamos prosseguir com a análise da Sd₁, trazendo novamente o enunciado: *O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes*.

Primeiramente, é importante destacar os verbos *decidir* e *aceitar*. Tendo esses verbos em consideração, o enunciado possibilita a leitura das frases: *O Brasil decide* e *o Brasil (não) aceita migrantes*. Buscando relacionar essas frases com demais elementos da Sd₁, podemos pensar nas seguintes paráfrases:

Sd_{1.4}: O Brasil decide se aceita migrantes.

Sd_{1.5}: O Brasil decide (não) aceitar migrantes.

Sd_{1.6}: O Brasil não aceita migrantes/qualquer um.

Diante dessas paráfrases, levantamos as seguintes perguntas: quem o sujeito das frases, no caso Brasil, representa: seriam todos os brasileiros? Quem decide? Quem

³⁰ Lemos (2022) mobiliza o verbo “ultrapassar” em suas análises discursivas da fronteira Brasil-Argentina, sobretudo a partir do enunciado: “No provoque posibles contagios ultrapassando la frontera”.

(não) aceita migrantes? Seria quem tem o poder para a decisão de retirar o país do Pacto Migratório, no caso o próprio presidente e seus ministros?

Ao tomarmos os verbos *decidir* e *aceitar* tendo como agente da oração Brasil, observamos que o termo *Brasil* possibilita outros sentidos distintos daqueles analisados anteriormente e retomados pelos dêiticos, ou seja, das referências de lugar (físico). Como sujeito da oração, *Brasil* não se limita a uma referência geográfica, mas adquire um caráter ideológico e simbólico.

Compreendemos que o predicativo do sujeito, *soberano*, refere-se a esse sujeito Brasil – que decide e que (não) aceita migrantes/qualquer um. Sendo soberano, segundo o dicionário Houaiss³¹ online,

Aquele que exerce o poder, que domina, que possui suprema autoridade. Capaz de exercer o poder de maneira extrema, que está acima de tudo e todos: autoridade soberana. Que conserva ou carrega o poder; que retém o poder.

Já a oração subordinada completiva nominal *para decidir se aceita ou não migrantes* apresenta uma ação que é justificada pelo nome *soberano*, ou seja, tendo o poder, a autoridade, o Brasil pode tomar suas próprias decisões, estabelecendo um tom de poder absoluto e controle sobre quem entra ou não no país, uma vez que, a partir da formação do Estado-nação, entende-se que o país constituído tem autonomia, soberania sobre suas ações e decisões. A ênfase na soberania funciona como uma arma para justificar a exclusão e o controle sobre os fluxos migratórios. Ao afirmar que o Brasil decide ou aceita, atribui-se a essa entidade abstrata a capacidade de agir como um sujeito unitário e homogêneo. Ao se tratar de sujeito unitário e homogêneo tem-se a ideia de que representa a todos. Podemos então questionar: quem detém essa "soberania"? São as elites políticas? É o povo brasileiro? Desdobramos, a partir disso, as seguintes paráfrases:

Sd_{1,7}: Os brasileiros são soberanos para decidir se aceitam ou não migrantes.

Sd_{1,8}: Os brasileiros decidem se aceitam migrantes ou não.

Sd_{1,9}: Os brasileiros têm poder para decidir se aceitam ou não migrantes.

Como podemos observar a partir das paráfrases, há um imaginário de coletividade que toma decisões de forma conjunta e exerce soberania, ou seja, de poder:

³¹ Dicionário Houaiss Online. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/v7-0/html/index.php#1 Acesso em: 12 fev. 2024.

os brasileiros são soberanos, os brasileiros decidem, os brasileiros têm poder. Há um efeito de sentido que sugere que a decisão, no caso do pacto migratório, é realmente tomada por todos os brasileiros. Mas podemos indagar se realmente há um consenso nessa decisão. Os brasileiros foram consultados? A maioria realmente opta pela retirada do Brasil do Pacto Migratório? Os brasileiros expressaram suas opiniões/decisões sobre a entrada de migrantes no país? Essas opiniões são ouvidas e consideradas para a tomada de decisões?

De acordo com Barbosa Filho (2019), o espaço político se mostra um lugar de construção do consenso, “de articulação do comum (que não pode escapar da ideologia jurídica do *bem-comum*) e do social como campo homogêneo, do entendimento e razoabilidade” (Barbosa Filho, 2019, p. 105). Ou seja, nesse espaço político há o sentido de que “todos” opinam e concordam com as decisões tomadas. Quem, porventura, se mostrar contrário às decisões “consentidas por todos”, será então o *outro*, o *inimigo*. As diferenças, segundo o autor, “devem ser de tal maneira que, embora reconhecidas, não atrapalhem o arranjo ou a harmonia daqueles que, civilizados e razoáveis, decretam e legislam sobre e sob os sentidos de arranjo e harmonia” (Barbosa Filho, 2019, p. 105). É, portanto, a ideologia do espaço político que corrobora com o sentido do consenso.

Considerando o exposto por Barbosa Filho (2019), a ideologia do espaço político produz sentidos de harmonia e de consenso entre quem decreta e legisla com as classes das formações sociais. O líder do executivo, portanto, se inscreve em uma formação ideológica que o coloca como sujeito capaz de representar os interesses de todos. No entanto, ele se vale do discurso ideológico para legitimar seu poder e produzir o sentido de que representa a todos, embora socialmente se saiba que não ocorre.

Em vista disso e, considerando que a ideologia fornece as evidências pelas quais se sabe que quem toma as decisões relacionadas ao país como um todo, e que quem decide como representante do povo é o líder do poder executivo, podemos, então, ter como paráfrase:

Sd_{1,10}: O presidente decide se aceita ou não imigrantes.

Tendo em consideração que a ideologia representa e organiza a vida social e naturaliza as relações de poder, faz-se necessário abordar seu conceito a partir de Althusser.

De acordo com Althusser (1999, p. 42) o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia nas formações sociais, entendidas por ele como:

[...] toda sociedade concreta historicamente existente e que é individualizada, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado pelo modo de produção que domina aí (Althusser, 1999, p. 42).

Segundo Althusser (1999), a ideologia está na ordem das relações que nos constituem nas classes sociais, é a representação das formas materiais de existência:

A ideologia não existe no mundo das ideias concebido como mundo espiritual, mas em instituições e nas práticas próprias dessas mesmas instituições [...]. A ideologia existe em aparelhos e nas práticas próprias desses mesmos aparelhos (Althusser, 1999, p. 179).

E, além de interpelar o indivíduo em sujeito, a ideologia desempenha um papel central na reprodução das relações de produção. Ela funciona como um sistema de representações que naturaliza as relações sociais existentes, fazendo com que elas pareçam inevitáveis e justas. E é através dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE)³² que isso acontece. Como expõe Althusser (1999, p. 223),

[...] essa reprodução das relações de produção pelos aparelhos ideológicos e seus efeitos ideológicos sobre os sujeitos, agentes da produção, é garantida no funcionamento das próprias relações de produção.

Ainda de acordo com o autor, “toda ideologia existe pelo sujeito e para os sujeitos. [...] A categoria de sujeito só é constitutiva de toda ideologia enquanto esta tem por função [...] ‘constituir os sujeitos concretos’” (Althusser, 1999, p. 210). Ademais, a categoria de sujeito é uma evidência, “é claro que você é um sujeito (livre, moral, responsável, etc e eu também)” (Althusser, 1999, p. 210-211). É neste ponto que Pêcheux (1995) vê a necessidade de uma teoria materialista do discurso:

Essa evidência da existência espontânea do sujeito (como origem e causa de si) é imediatamente apontada por Althusser de uma outra evidência, [...] que é a evidência do sentido [...]. Todo nosso trabalho encontra aqui sua determinação, pela qual a questão da constituição do sentido junta-se à da constituição do sujeito [...] na figura da interpelação (Pêcheux, 1995, p. 153-154).

³² Consideramos como Aparelho Ideológico de Estado (AIE) o exposto por Althusser: “Um aparelho ideológico do Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (...). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema ‘ancorada’ em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de ‘suporte’” (Althusser, 1999, p. 104).

Pêcheux (1995) expõe que é a ideologia por meio do “hábito” e do “uso” que designa o que é e o que deve ser e mascara o que ele chama de caráter material do sentido das palavras e enunciados:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (Pêcheux, 1995, p. 160).

Com base no aporte teórico que fundamenta nossas análises, ao finalizarmos esta seção, podemos afirmar que as decisões do poder executivo são apresentadas como a expressão de uma vontade única e soberana da nação. Essa construção discursiva busca unificar e legitimar as ações governamentais, sustentando-se em um discurso ideológico de consenso em torno do *bem-comum*. As decisões, nesse caso, são vistas como manifestações concretas desse consenso e da busca por um interesse coletivo.

3.3 OS ELEMENTOS NACIONAIS: UM IMAGINÁRIO COLETIVO

Nesta seção, prosseguiremos com a análise da primeira sequência discursiva, aprofundando nossa leitura e buscando compreender a produção dos efeitos sentidos.

Para começar, apresentamos o enunciado que consideramos importante trazer ainda da Sd₁: *Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura*.

Visando situar o leitor, apresentamos a seguir o desdobramento que propomos com base nesse enunciado:

Quadro 3: “Nossos” elementos nacionais

Quem porventura vier para cá	deverá	estar sujeito às nossas leis estar sujeito às nossas regras estar sujeito aos nossos costumes cantar nosso hino respeitar nossa cultura
------------------------------	--------	---

Fonte: elaborado pela autora.

Ao analisarmos os termos *quem porventura vier para cá*, observamos o sentido de um sujeito indeterminado, ainda não presente no local, mas cuja chegada é prevista. Contudo, ao estabelecer uma relação entre esse enunciado e as análises realizadas

anteriormente, podemos dizer que se produz uma construção discursiva de um “outro” (o migrante), que pode remeter à memória discursiva sobre a imigração no Brasil, quando normas e regras também eram impostas aos migrantes. Quando se enuncia *porventura*, a ação é colocada no plano da hipótese, ou seja, na *possibilidade de vinda* de migrantes *ao Brasil*.

E acrescenta-se, ainda, as condições desta entrada: se o migrante for aceito/se for permitida sua entrada *deverá* estar sujeito: às nossas leis; às nossas regras; aos nossos costumes; ao nosso hino e à nossa cultura. Nesse processo de significação, os efeitos de sentido desencadeados pela inscrição do termo *porventura*, na língua, suavizam a imposição, mas não a anulam.

O verbo *dever* no futuro do indicativo contribui para a produção de um sentido de obrigatoriedade e passividade no sujeito. A repetição da palavra *deverá* reforça essa ideia, enquanto a ausência de alternativas sugere que não há espaço para questionamento ou negociação.

Podemos, ainda, observar nesse trecho as seguintes expressões nominais: *nossas leis, nossas regras, nossos costumes, nosso hino e nossa cultura*. Os substantivos utilizados com a recorrência do pronome possessivo *nossas(os)* produzem um sentido de pertencimento a uma comunidade imaginada, característica do Estado-nação. Em sua relação espontânea com a língua, o sujeito, ao se referir a elementos como *leis, regras, costumes, hino e cultura*, engaja-se em uma identidade nacional homogênea. No entanto, questionamos: quais são essas *regras* e *costumes* que unificam uma nação tão diversa como o Brasil? A quem beneficiam essas *leis*?

A recorrente utilização do pronome possessivo *nosso* na construção discursiva nacional produz efeitos de sentido que naturalizam a ideia de uma nação³³ homogênea, na qual todos os brasileiros compartilhariam de uma mesma identidade cultural. No entanto, essa construção discursiva, ao dar ênfase à posse comum de costumes, cultura, regras, leis e símbolos nacionais, produz um sentido de inclusão e exclusão. Ao mesmo tempo em que cria um sentimento de pertencimento a um grupo, ela estabelece fronteiras imaginárias, pois aqueles que se encontram fora desse *nós* nacionalizado são

³³ Segundo Anderson (1989), uma nação é uma comunidade imaginada, ou seja, uma construção social e histórica de pessoas que se veem como parte de um mesmo grupo cultural, partilhando um conjunto de valores, tradições, língua e história em comum. Anderson argumenta que a expansão da imprensa no século XIX contribuiu para a criação de um senso de pertencimento nacional, ao permitir que informações fossem divulgadas de maneira mais ampla e acessível, unindo pessoas de diferentes regiões e classes em torno de uma ideia compartilhada de nação. Assim, Anderson entende que a nação não é algo natural ou dado, mas sim uma construção histórica e cultural, que emerge e evolui ao longo do tempo.

“obrigados” a se adaptar ou a serão marginalizados. Essa valorização do *nosso* em relação ao do *outro* implica em um efeito de sentido que associa o estrangeiro ou o imigrante a elementos externos e, portanto, potencialmente ameaçadores à identidade nacional. Ao reforçar a ideia de uma comunidade imaginada, contribui-se, então, para a manutenção de uma ordem social que, sob a ideologia da unidade nacional, pode esconder desigualdades e conflitos.

Uma das formas de construir uma nacionalidade é oficializar uma língua para a nação, além de elementos citados por Hall (2006), como uma história de lutas, uma bandeira, um hino, símbolos que representam, então, o Estado-nação.

De acordo com Guimarães (2000), na segunda metade do século XIX há um forte debate nacionalista sobre a língua falada no Brasil, chamada até então de Língua Nacional. E que, segundo ele, remete ao efeito do pré-construído de que no Brasil se fala somente uma língua, ou seja, há uma unicidade.

Ainda segundo o autor, a Constituição de 1946 conclui que o idioma nacional é a Língua Portuguesa. Já a Constituição de 67, trata língua nacional e língua portuguesa como sinônimo. De acordo com Guimarães (2000, p. 33):

O que a Constituição faz, e se fazia antes, por nomear a língua pela expressão língua nacional, é vincular a língua portuguesa à nação brasileira. É constituir a nação brasileira, já que o conceito de nação, tão próprio do século XIX, está intimamente ligado com uma língua desta nação, uma língua nacional.

Por fim, a Constituição de 1988 define a Língua Portuguesa como língua oficial do Estado, provocando um “deslocamento da relação da língua com a Nação para uma relação com o Estado. [...] A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil” (Guimarães, 2000, p. 33).

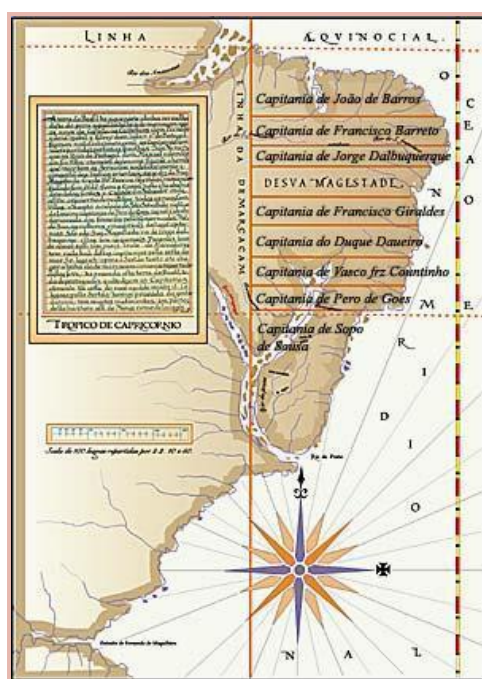
Com base nas análises até o momento, podemos dizer que a busca pela criação de um sujeito nacional e de um sentido de nação para o Brasil envolve questões de controle e regulamentação, tanto nas fronteiras físicas quanto na identidade nacional. Ao estabelecer regras para quem entra no país, busca-se moldar a identidade nacional, definindo quais valores e comportamentos são esperados, o que, no entanto, pode gerar debates sobre questões como a inclusão e a diversidade. A produção de um sentido de nação, nesse contexto, envolve a construção de um imaginário coletivo que, ao mesmo tempo que unifica, exclui e hierarquiza.

3.3.1 DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO DE UM ESTADO-NAÇÃO

Outra forma de demonstrar o nacionalismo é por meio da demarcação do território de um Estado-nação. E no Brasil sabemos que muitos foram os tratados assinados para que chegássemos ao espaço que hoje constitui e identifica os brasileiros.

Considerando a América Latina, o Brasil faz divisa com dez países, o que demonstra sua imensidão territorial. A demarcação de fronteiras geopolíticas é questão de interesse desde antes da conquista do Brasil com o Tratado de Tordesilhas (figura 2), assinado em 07 de junho de 1494, que delimitava a partilha de terras para exploração entre Portugal e Espanha. O acordo, no entanto, não foi cumprido, pois, na época, não havia como medir com precisão as terras, além de existir um continente desconhecido a ser explorado.

Figura 2: Mapa do Brasil com o Tratado de Tordesilhas



Fonte: IBGE³⁴

Segundo Cintra (2012), foi com o Tratado de Madrid (figura 3), em 1750, assinado pelas coroas Portuguesa e Espanhola, que se estabeleceram limites mais precisos, baseados, conforme o acordo, na ocupação territorial, o chamado *uti possidetis*

³⁴Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/tratado-de-tordesilhas.html>) Acesso em: 23 abr. 2023.

em 1970 por apresentar trechos com divisores de água de difícil acesso, e a da Bolívia, que ocorreu entre 1970 e 1980, por aguardar aprovação do Congresso brasileiro do chamado Acordo de Roboré³⁶.

Uma das últimas fronteiras estabelecidas entre o Brasil e seus vizinhos foi justamente a da Venezuela, devido à dificuldade de acesso imposta pelos divisores de água, conforme mencionado anteriormente.

De acordo com dados do governo federal, essa fronteira possui uma extensão de 2199 quilômetros, iniciada no ponto de trijunção de fronteiras entre Colômbia-Brasil-Venezuela, como mostramos a seguir:

Figura 4: Marco da trijunção



Fonte: Site G1³⁷.

³⁶ Os Acordos de Roboré foram tratados polêmicos celebrados entre Brasil e Bolívia, no ano de 1958. São compostos de 31 instrumentos diplomáticos, que tratam de assuntos como a exploração do petróleo da Bolívia; a ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, cujo último trecho havia sido inaugurado em janeiro de 1955; e a circulação de mercadorias bolivianas. O Tratado recebeu a crítica dos nacionalistas e de outros setores da sociedade, que classificaram os acordos de “entreguistas”. Isso porque o Brasil, ao rever um acordo firmado com a Bolívia em 1938 (gestões Getúlio Vargas e Germán Busch), acabou cedendo territórios, abrindo mão de garantias de dívida e perdendo na negociação que envolvia o petróleo. Na época, essas medidas não foram examinadas pelo Congresso Nacional por serem notas reversais, isto é, notas que dispensam a aprovação do Legislativo. Mais tarde, em 1961, o ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, informou que submeteria quatro reversais ao exame do Congresso. (Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/assembleia-cria-comissao-especial-para-discutir-tratado-de-robore/visualizar>. Acesso em: 13 mar. 2023)

³⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/02/21/venezuela-fecha-fronteira-com-o-brasil.ghtml> Acesso em: 20 abr. de 2023.

De acordo com o site do Ministério das Relações Exteriores, cabe à Coordenação-Geral de Demarcação de Limite – CGDL coordenar e acompanhar tudo o que se refere à demarcação de limites territoriais. Para isso, há uma divisão em duas Comissões Demarcadoras de Limites: a primeira, com sede em Belém, e que se refere às divisas com Guiana Francesa, Suriname, República Cooperativista da Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru; e a segunda, com sede no Rio de Janeiro, referente às fronteiras com Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Como expõe Borba (2014):

Ao final da primeira metade do século XX, ficou praticamente completa a demarcação de limites com os países limítrofes, exceto com: (a) Venezuela - apenas na década de 1970 foi ultimada a fase demarcatória dessa fronteira, faltando ainda proceder à caracterização de extensos trechos de divisor de águas ao longo das serras de Parima e Paracáima, em região de floresta equatorial, de difícil acesso. (b) Colômbia: constituída em 1976, a Comissão Mista de Inspeção dos Marcos tinha como sua missão mais importante a de inspeção e caracterização da grande geodésica Tabatinga-Apaporis, medindo mais de 300 km, em plena selva amazônica; (c) Bolívia - no período de 1970 a 1980 foram realizados trabalhos de demarcação e de caracterização ao longo de cerca de 250 km desta fronteira, em obediência ao Acordo de Roboré (Borba, 2014, p. 66).

Tendo seu espaço demarcado, cada Estado-nação cria suas próprias leis e regras de acordo com princípios estabelecidos na sociedade. Pachukanis (2017, p. 98) expõe que “não é por meio da abstração de casos observados que se criou o direito; mas por meio da dedução de regras estabelecidas por alguém e que ficaram conhecidas por nós”. A criação de leis não é imparcial, mas voltada aos interesses da classe dominante. A partir desta colocação, podemos questionar: quem cria as leis? Todos os brasileiros participam desta criação? Os imigrantes são ouvidos ou questionados durante a criação de uma lei?

Pachukanis (2017) caracteriza, ainda, o poder público como uma força superior que legisla para toda a sociedade. Essa dinâmica, na qual o Estado detém o monopólio da criação de leis, pode levar à criminalização de comportamentos, inclusive por parte de imigrantes que desconhecem as normas jurídicas do país. A afirmação de Pachukanis (2017, p. 166) de que “a lei cria o direito ao criar o delito” mostra essa relação entre poder e lei, na qual a norma jurídica define tanto o que é permitido quanto o que é proibido.

3.3.2 CULTURA / HINO

Com relação aos costumes e cultura³⁸, podemos questionar: Por que um imigrante deveria se adequar à cultura do país de abrigo? Sabe-se que o Brasil é um país multicultural, ou seja, são várias e diferentes culturas e costumes observados aqui. Então por que obrigar alguém a seguir alguma delas? E como esta escolha seria feita? Quem apresentaria as diferentes culturas existentes no Brasil aos estrangeiros? Em “um mundo semanticamente normal”, inspirando-nos em Pêcheux (2008), é importante aos imigrantes que tenham o direito de manter sua identidade cultural e expressar suas tradições para que se sintam mais acolhidos. Para ampliar a reflexão, trazemos a corroboração de Hall (2006) sobre identidade cultural e nacional. O autor afirma:

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto, [...] as identidades nacionais continuam a ser representadas como unificadas (Hall, 2006, p. 61-62).

De acordo com Hall (2006), uma cultura nacional é um discurso que leva a sentidos que influenciam e organizam nossas ações a partir de uma concepção de nós mesmos, construindo sentidos e identidades. Sendo assim, quem não estiver de acordo com a cultura de um país estaria fora desta identidade nacional, não sendo considerado então, um cidadão desta nação, cujos sentidos podem estar produzindo efeitos nas formulações de Bolsonaro.

Sobre o hino, sabe-se que é reconhecido como um símbolo nacional, ou seja, está implicado na questão do respeito e do saber cantá-lo representando “amor à pátria” e devoção aos seus valores. Ideologicamente, ele visa construir e consolidar uma identidade nacional homogênea e unificada. Além disso, o hino nacional pode representar a história, a tradição, a identidade e a soberania de um povo. Podemos relacionar a valorização do hino do Brasil e a intenção de que os imigrantes o saibam e cantem com o apagamento das tradições dos estrangeiros. Exigindo que todos os habitantes do país, inclusive os imigrantes, conheçam e cantem o hino, o discurso dominante busca naturalizar uma determinada visão de brasilidade. Essa imposição, sob o manto do patriotismo e da defesa de valores nacionais, contribui para a construção de

³⁸ Tomamos “costumes” e “cultura” como sinônimos nesta dissertação. Para nós, os dois termos representam práticas, comportamentos e tradições de uma sociedade.

um sujeito nacional idealizado, que se adequa a determinados parâmetros estabelecidos pela classe dominante.

Diante das análises realizadas até aqui, podemos propor as seguintes paráfrases:

Sd_{1.11}: Imigrantes devem seguir as leis e regras do Brasil/dos brasileiros.

Sd_{1.12}: Imigrantes devem cantar o hino do Brasil/dos brasileiros.

Sd_{1.13}: Imigrantes devem respeitar a cultura do Brasil/dos brasileiros.

Com base nas paráfrases e nas análises realizadas até o momento, observamos que o sujeito imigrante, ao adentrar o território brasileiro, é submetido a uma imposição de adesão a normas e valores de cunho nacionalista. Levando para o sentido do patriotismo, da defesa de valores nacionais, da unicidade, a partir da relação entre o linguístico e o discursivo se produz um imaginário de um imigrante como um sujeito “nacional”, silenciando, assim, as vozes daqueles que não se identificam com a identidade nacional proposta.

3.4 PACTO MIGRATÓRIO

Ao tornar o migrante em um sujeito nacional, a partir da relação entre o linguístico e o discursivo, se produz também o sentido de soberania do país. Soberania para impor as regras para a entrada dos migrantes e para a tomada de decisões. A partir disso, passaremos a analisar a questão do Pacto Migratório. Para tanto, apresentamos o seguinte trecho da Sd₁:

Nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros. NÃO AO PACTO MIGRATÓRIO,

Observamos que o enunciado *via pacto adotado por terceiros* está colocando o modo como os migrantes não serão aceitos no Brasil. Ademais, sabe-se que o verbo *adotar*, socialmente, carrega um sentido positivo: aceitar legalmente, assumir, seguir. Entretanto, no contexto analisado, na relação com outros termos, adquire uma conotação negativa e excludente. A expressão *via pacto adotado por terceiros* não se refere apenas a um mecanismo legal de imigração, mas carrega uma série de implicações ideológicas.

O próprio termo *pacto*, em oposição a termos como *acordo*, *tratado* ou *contrato*, com sua carga simbólica, sugere uma aliança mais profunda e duradoura entre as partes envolvidas.

No entanto, ao comparecer no texto que o *pacto* foi *adotado por terceiros*, se produz um sentido de ação realizada por outras pessoas e contra a vontade de alguém. Além disso, sua articulação com outros elementos da sequência discursiva, como *não será qualquer um* e *NÃO AO PACTO MIGRATÓRIO*, produz um sentido negativo do verbo *adotar*. Podemos, então, questionar: Pacto adotado por quem? Quem são esses *terceiros* que decidem quem entra em um determinado país ou não? Quem decide quem pode entrar em um país? Estariam *terceiros* retomando *qualquer um* ou *migrantes*?

Analisando a palavra *pacto* e seu significado dicionarizado de um consenso entre as partes envolvidas, observamos que ao mencionar *terceiros* [*pacto adotado por terceiros*], o termo pode se referir aos países/entidades participantes do Pacto Migratório, incluindo o próprio Brasil. No entanto, há uma aparente contradição entre a afirmação de que “os brasileiros decidem quem entra ou não no país” e a participação do Brasil no pacto. Se o povo brasileiro, em última instância, tem o poder de decidir sobre a imigração, como se concilia essa ideia com a adesão a um acordo internacional como o Pacto Migratório?

Cabe ressaltar que o Brasil optou pela participação no Pacto Migratório no ano de 2018, época em que Michel Temer era presidente da república. Já no início de 2019, Bolsonaro, então eleito presidente, retirou o país do acordo. O que nos leva a questionar: os brasileiros, representados à época por Temer, não são os mesmos representados por Bolsonaro? Como afirmar, então, que são terceiros que decidem quem entra no país? Como funcionam esses discursos?

Sabe-se que Michel Temer³⁹ era vice de Dilma Rousseff⁴⁰ que, ao sofrer impeachment, deu lugar a ele na presidência, sendo, portanto, mais ligado à considerada esquerda do país. Já Bolsonaro, é considerado de extrema direita, o que, certamente, produz efeitos de sentidos distintos em suas tomadas de posição. Há, portanto, pistas do funcionamento da ideologia: a esquerda voltada às minorias, sendo assim a favor da migração e do refúgio, e a direita conservadora que acredita num sentido de nacionalismo e manutenção de valores e costumes.

Com a análise da Sd₁, podemos dizer que há uma injunção de identificação do indivíduo brasileiro como um cidadão inseguro e que seria ameaçado pelos imigrantes, posicionando o Estado como o único capaz de garantir a segurança através do controle da migração, portanto não aceitando o Pacto Migratório. Além disso, os efeitos de sentido sobre os imigrantes direcionam para a ameaça à cultura brasileira. A ênfase na necessidade de autorização e controle reforça a ideia de que a entrada em determinados espaços é um privilégio, e não um direito.

Além disso, no próprio conceito de faixa de fronteira, no Artigo 1º da Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, encontramos os termos “*área indispensável à Segurança*

³⁹ Michel Miguel Elias Temer Lulia nasceu em Tietê (SP), no dia 23 de setembro de 1940. Caçula de oito irmãos, Temer é católico. A família, sempre fiel aos preceitos cristãos, imigrou de Betabura, região de El Koura, no norte do Líbano, em 1925. Michel Temer foi eleito vice-presidente em 2010 e reeleito, em 2014, juntamente a Dilma. Ocupou por três vezes a presidência da Câmara dos Deputados (1997-1999, 1999-2001 e 2009-2010). Está licenciado da presidência do PMDB Nacional, para a qual foi eleito em 11/09/2001 e reeleito mais 5 vezes: em 14/3/2004, 11/3/2007, 06/2/2010, 02/3/2013 e 12/3/2016. Michel Temer assumiu definitivamente a Presidência da República em 31 de agosto de 2016, após o Senado Federal aprovar o processo de impeachment e afastar a presidente Dilma Rousseff do cargo. Durante o período de afastamento temporário de Dilma, Temer permaneceu como presidente interino por 111 dias. Com a confirmação do impedimento de Dilma pelo Senado Federal, Temer assumiu a Presidência plena até 31 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/biografia-1/biografia> Acesso em: 23 set. 2023.

⁴⁰ Primeira mulher a se tornar Presidente da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). Aos 16 anos, Dilma dá início à vida política, integrando organizações de combate ao regime militar. [...] Condenada por “subversão”, Dilma passou quase três anos, de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, na capital paulista. [...] Ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul. [...] Lula escolheu Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil e coordenar o trabalho de todo ministério em 2005. Em 2010, Dilma deixou o Governo Federal para se candidatar à Presidência. No segundo turno das eleições, realizado em 31 de outubro de 2010, aos 63 anos de idade, Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher Presidenta da República Federativa do Brasil. Em 12 de maio de 2016, dois anos antes do término de seu segundo mandato, a Presidenta Dilma Rousseff foi afastada da função de chefe de estado em decorrência da aprovação de denúncia de crime de responsabilidade que resultou na admissibilidade da denúncia e instauração do processo de impeachment em desfavor da Presidenta. Em 31 de agosto de 2016, a Resolução nº 35 do Senado Federal julgou procedente a denúncia de crime de responsabilidade e impôs à Srª Dilma Vana Rousseff a sanção de perda do cargo de Presidente da República (Diário do Senado Federal, Resolução nº 35, de 31 de agosto de 2016). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/biografia> Acesso em: 23 set. 2023)

Nacional”. Ou seja, aqui também se produz o efeito de sentido de perigo vindo dos imigrantes, sendo o espaço físico da fronteira o que protegeria o país de ameaças vizinhas. Ao dizer que a faixa de fronteira “*é considerada indispensável*”, essa ideia se naturaliza como um fato incontestável, sem questionar possíveis discordâncias. Também observamos a “*segurança nacional*” colocada como um valor superior, o que invisibiliza outras perspectivas sobre a fronteira.

Concluindo este capítulo, podemos afirmar que as análises realizadas a partir da Sd1 nos permitiram observar a busca pela construção de um sujeito nacional caracterizado pelo patriotismo e pelos ideais de coletividade. Esse sujeito é idealizado por meio de discursos e práticas que valorizam e reforçam a unidade nacional, promovendo uma identidade homogênea de nação.

4 “UM PAÍS HUMANITÁRIO”

Agora, passaremos à análise da Sd_2 , extraída de uma reportagem do Correio Braziliense (26/10/2021), após uma declaração de Bolsonaro durante uma visita a um acampamento de imigrantes venezuelanos em Roraima, em uma *live* no dia vinte e cinco de outubro de 2021,

(Sd_2) Irmãos venezuelanos, sabemos o sofrimento de vocês, como vocês chegaram nessa situação, o que uma pessoa está fazendo contra vocês na Venezuela. O Brasil é um país de pessoas que têm profundo respeito pelo sofrimento dos outros. Sei que vocês gostariam de estar no país de origem, mas saíram de lá para fugir da ditadura, de necessidade e até mesmo da violência. O Brasil é um país humanitário que faz o trabalho de acolhê-los e integrá-los ao restante do país. O que a gente mais gostaria que acontecesse é que a Venezuela voltasse à normalidade e que vocês tivessem a vida que tinham no passado antes da chegada da ditadura.

Nas próximas seções, analisaremos a Sd_2 buscando observar os possíveis efeitos de sentido e as relações entre a materialidade linguística e o discursivo.

4.1 AS RECORRÊNCIAS E OS SENTIDOS

Elaboramos, para melhor visualização, o quadro a seguir, com uma proposta de desdobramento da Sd_2 .

Quadro 4: Desdobramentos da Sd_2

[Nós]	sabemos	o sofrimento de vocês
Vocês	chegaram	nessa situação
O que uma pessoa	está fazendo	contra vocês na Venezuela
O Brasil	é	um país [de pessoas] que tem profundo respeito pelo sofrimento dos outros
[O Brasil]/pessoas	tem/têm	profundo respeito pelo sofrimento dos outros
[Eu] sei que vocês	gostariam de estar	no país de origem
[Vocês]	saíram de lá	para fugir da ditadura

[Vocês]	saíram de lá	para fugir de necessidade
[Vocês]	saíram de lá	para fugir da violência
O Brasil	é	um país humanitário
[O Brasil]	faz	o trabalho de acolhê-los
[O Brasil]	faz	o trabalho de integrá-los ao restante do país
O que a gente	mais gostaria	que acontecesse...
Que a Venezuela	voltasse	à normalidade
Que vocês	tivessem	a vida que tinham no passado antes da chegada da ditadura.

Fonte: elaborado pela autora.

Com base no quadro apresentado e no recorte da sequência discursiva, observamos, inicialmente, que o sintagma nominal *o Brasil* pode ser substituído por *um país*. Além disso, notamos que os verbos que mencionam *o Brasil* estão todos no presente: *O Brasil é*, *O Brasil tem*, *O Brasil faz*. Ainda, no que diz respeito ao Brasil, é possível relacioná-lo com as expressões “nós”, “eu” e “a gente”. Por exemplo: “[Nós] sabemos o sofrimento de vocês”, “[Eu] sei que vocês gostariam de estar no país de origem”, “O que a gente mais gostaria que acontecesse...”. Neste ponto, é importante destacar que, na Sd₁, o substantivo *Brasil* era retomado pelo dêitico *cá* no enunciado “Quem porventura vier para *cá*”, o que estabelecia uma relação do Brasil com um lugar, uma referência geográfica.

De acordo com Authier-Revuz (1998), há uma “intenção do dizer”, e o “eu” (como em: “[eu] sei que vocês gostariam de estar no país de origem”) demonstra o “eu da intenção”, ou seja, visa “conferir à enunciação de X toda sua importância, implicando que o enunciador assume plenamente sua escolha, mas sem que isso tenha necessariamente algo contra alguma norma implícita” (Authier-Revuz, 1998, p. 58). O “nós” (como em: [Nós] sabemos o sofrimento de vocês) reúne o enunciador e seus apoiadores, produzindo um recorte de “todos os brasileiros”, em relação a um “eles”, que representa aqueles que desconhecem o sofrimento dos venezuelanos. Assim, a expressão “[Nós] sabemos” produz o efeito de um pré-construído, implicando que há alguém que não sabe.

Segundo Authier-Revuz (1998), “estes dois ‘nós’ que coexistem nos textos [...] constituem, no discurso, uma primeira imagem da mediação de que o discurso se quer como meio e da qual ele é, de fato, o lugar cênico” (Authier-Revuz, 1998, p. 113).

Ademais, a primeira pessoa do plural *nós* interpela o interlocutor a se posicionar ao lado do presidente. Essa tomada de posição produz, no discurso, um sentimento de união e coesão entre os seus seguidores, ao mesmo tempo em que produz a exclusão daqueles que discordam de suas ideias.

De outro modo, a recorrência dos pronomes utilizados em substituição a *Brasil* configura um enunciado que atribui características humanas à nação, personificando-a: (a gente/nós/pessoas/eu = os brasileiros), produzindo sentidos de identidade e coesão entre o líder e seus seguidores. A partir desta humanização, ao afirmar que *o Brasil faz*, *a gente gostaria*, *nós sabemos* e *o Brasil tem*, além de *eu sei*, os enunciados conferem ao país uma condição que vai além de espaço geográfico e político, sentidos reforçados também pelos enunciados “um país [de pessoas]” e “um país humanitário”.

Já o termo migrantes é retomado por *vocês*, nas expressões *na/Venezuela*, *acolhê-los*, *integrá-los* e *país de origem*. O pronome *vocês* sugere a existência/oposição de um nós. Enquanto o dêitico *de lá* retoma *o país* — Venezuela — como espaço geográfico. Observamos a repetição da ação do verbo *sair*: *saíram de lá* = *saíram da Venezuela para fugir da ditadura, de necessidade e da violência*. O dêitico *de lá* apresenta uma distância espacial entre quem fala (aqui) e sobre de quem se fala (os migrantes), enfatizando a oposição *nós* X *vocês*. Entendemos, portanto, o sujeito migrante como um sujeito ativo buscando melhores condições de vida num movimento de *lá* para *cá*, e que, ao se deslocar, reconfigura suas relações com a língua, com a cultura e com o poder, desafiando as representações sociais e as identidades fixas.

Com o dêitico *de lá* e o pronome *vocês*, podemos relacionar o termo *país de origem*, produzindo um sentido de início, de ponto de partida. Assim, o migrante é significado como alguém que não pertence ao espaço para o qual migra, fortalecendo a ideia de uma identidade nacional. Há, então, uma fronteira simbólica entre os que acolhem e os que são acolhidos. Mais uma vez se produz o sentido de *nós* em oposição a *eles*.

Por meio dos termos *acolhê-los* e *integrá-los*, podemos observar as ações realizadas por quem recebe os migrantes. *Acolher* e *integrar* não são apenas descrições neutras de ações, mas marcadores ideológicos que revelam uma determinada posição diante da questão migratória. Esses termos, em oposição a outros possíveis, como

receber/recepcionar ou *inserir/adaptar*, produzem um sentido positivo, sugerindo um gesto voluntário e empático por parte da sociedade de acolhimento. Além disso, considerando a sequência discursiva analisada, os termos *acolhê-los* e *integrá-los* vão ao encontro dos predicativos utilizados na referência ao Brasil: *um país humanitário* e *um país [de pessoas] que tem profundo respeito pelo sofrimento dos outros*.

Outros verbos que devemos observar são: *gostariam/gostaria* - *tivesse* e *voltasse*. É interessante notar que todos expressam desejos e possibilidades. O futuro do pretérito do indicativo (*gostaria*) e o pretérito imperfeito do subjuntivo (*tivesse*, *voltasse*) não apenas expressam um desejo, mas também mostram uma insatisfação com a realidade presente. A forma verbal *gostaria* aponta para um desejo não realizado (como em “o que a gente mais *gostaria* que acontecesse... - Eu sei que vocês *gostariam* de estar no país de origem”).

O verbo *ter*, ao ser conjugado no pretérito imperfeito do subjuntivo *tivessem*, cria um mundo hipotético no qual a situação poderia ter sido outra (como em “Que vocês *tivessem* a vida que tinham no passado antes da chegada da ditadura”). E o verbo *voltasse* demonstra um desejo de retorno a uma situação anterior (Que a Venezuela *voltasse* à normalidade).

Além disso, devemos observar os seguintes termos: *uma pessoa* e *outros*. A quem eles estariam se referindo? Analisando apenas o sintagma nominal *uma pessoa* não conseguimos identificar, isoladamente, a quem se refere, pois o uso do artigo indefinido *uma* não possibilita essa retomada, tampouco o substantivo *pessoa* nos possibilita isso. O mesmo ocorre com o pronome indefinido *outros*.

Inicialmente, na sequência discursiva, ao se referir aos venezuelanos como *irmãos*, observamos que esse discurso produz sentidos de fraternidade e proximidade. Entretanto, a partir das formulações de Bolsonaro, a palavra *irmãos* não se limita a um mero termo de cordialidade; ela pode relacionar-se a um conjunto de valores e crenças que são próprios do discurso religioso.

Na sequência, observamos um funcionamento discursivo de empatia em relação aos venezuelanos: *sabemos o sofrimento de vocês, como vocês chegaram nessa situação, o que uma pessoa está fazendo contra vocês na Venezuela*. O uso do verbo conjugado na primeira pessoa do plural (nós) cria efeitos de uma ilusão do consenso entre os brasileiros em relação à situação da Venezuela. Essa tomada de posição busca homogeneizar as opiniões e silenciar as vozes divergentes.

Além disso, o uso do termo *vocês* reforça a construção de um sujeito coletivo, representando os venezuelanos vitimados, colocando *vocês* em oposição a um *nós*. Ao mesmo tempo, Bolsonaro se posiciona no discurso como porta-voz da verdade ao afirmar que *o país sabe quem é o culpado de toda crise*. Essa afirmação categórica, feita sem a devida contextualização, contribui para a polarização do debate e para a construção de um imaginário negativo do governo venezuelano.

A “escolha” da expressão *uma pessoa* busca generalizar a quem se refere, pois utiliza um artigo indefinido e um substantivo que, nessa formulação, não apresenta referências explícitas. Entretanto, podemos observar, pelas condições de produção, que ao se colocar no discurso, Bolsonaro usa esses termos linguísticos para se referir a Nicolás Maduro, revelando, no discurso, por meio da ideologia, sua indiferença e antipatia pelo líder venezuelano. Isso nos permite pensar que a expressão *uma pessoa* se refere a Maduro, relacionando-a aos termos *irmãos venezuelanos*, pois fala para um todo. Ao formular *contra vocês na Venezuela*, evoca-se o imaginário de quem conseguiria ajudar ou prejudicar um país como um todo seria o presidente do Estado-nação. Nessa direção, os brasileiros são considerados detentores de um saber sobre o que acontece e sobre quem é o culpado pela situação vivida na Venezuela. Podemos, então, ter como paráfrases:

Sd_{2,1}: Nós, brasileiros, sabemos o que está acontecendo na Venezuela.

Sd_{2,2}: Nós, brasileiros, nos solidarizamos com o sentimento de vocês.

Sd_{2,3}: Nós, brasileiros, sabemos quem é o culpado de toda crise e sofrimento.

Mais uma vez, identificamos o reforço do imaginário coletivo de ditadura e comunismo na Venezuela, além do papel de porta-voz representado por Bolsonaro, que fala em nome de uma nação ao utilizar a primeira pessoa do plural. Como exposto por Pêcheux (1990), a função do porta-voz é falar “em nome de...”. Assim, com um certo poder, o porta-voz pode representar uma coletividade “no centro visível de um nós” (Pêcheux, 1990, p. 17), apontando para o invisível dos acontecimentos. Ainda segundo o autor, “o destino do porta-voz circula assim entre a posição do profeta, a do dirigente e a do homem de Estado [...]” (Pêcheux, 1990, p. 18).

Na mesma Sd, o substantivo *Brasil* reforça a ideia de coletividade. O país é significado como respeitoso e humanitário, destacando a acolhida e integração dos venezuelanos. Ao se referir ao país como *respeitoso e humanitário*, em relação à

acolhida e integração dos venezuelanos, Bolsonaro, como sujeito do discurso, busca interpelar o público em um sujeito que reconhece o Brasil como um agente positivo no cenário internacional, buscando criar, pelos efeitos de sentido, um sentimento de orgulho nacional. A expressão *faz o trabalho de acolhê-los e integrá-los* evidencia a proatividade do país e a responsabilidade que lhe é atribuída em situações de imigração. O verbo *trabalhar* contribui para construir a imagem de um Estado que cumpre seu papel, assumindo a responsabilidade de acolher e integrar os migrantes. Essa construção discursiva busca naturalizar a ação do Estado e invisibilizar as contradições e os desafios presentes na questão da imigração.

Deste modo, podemos dizer que a Análise de Discurso nos permite ir além da superfície textual, possibilitando uma compreensão mais profunda das relações de poder e das ideologias presentes no discurso. Ao analisarmos a escolha das palavras, a estrutura das frases e as condições de produção do discurso, podemos compreender os efeitos de sentido que este produz, assim como as posições que o sujeito pode assumir no discurso.

Ao concluir esta seção, e diante das formulações analisadas, compreendemos que seus efeitos de sentido comparecem na direção de reconhecer o Brasil como um país acolhedor e humanitário, desconsiderando as falhas e os desafios da política migratória brasileira. A Análise de Discurso nos permite, portanto, questionar essa construção discursiva e analisar criticamente as ações do Estado em relação à imigração.

4.2 A ACOLHIDA NA PRÁTICA

Para iniciar esta reflexão, é importante considerar que a ideologia constroi a imagem do Brasil como um país acolhedor e humanitário, afirmando que o país se empenha em garantir aos migrantes direitos e condições para uma vida digna. No entanto, essa mesma ideologia também alimenta o senso comum de que essa realidade nem sempre se concretiza.

De acordo com Maciel (2022), cabe ao país receptor fornecer condições de emprego, moradia, saúde, educação e cidadania aos refugiados. No entanto, apesar da Operação Acolhida⁴¹ do governo federal, que visa organizar, identificar e interiorizar

⁴¹ Criada em 2018, a Operação Acolhida é uma grande força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal com o apoio de entes federativos, agências da ONU, organismos internacionais,

imigrantes venezuelanos para garantir acesso às condições humanitárias essenciais, muitos ainda vivem em situações precárias e irregulares, carecendo de moradia, alimentação, acesso à educação e saúde, como pode ser observado nas imagens a seguir:

Fotografia 1: Acampamento de imigrantes venezuelanos em Manaus



Cerca de 300 imigrantes venezuelanos moram neste acampamento improvisado próximo à rodoviária de Manaus (AM)⁴².

organizações da sociedade civil e entidades privadas, totalizando mais de 100 parceiros. A Operação oferece assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima. O atendimento ao fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos na fronteira do Brasil com a Venezuela começa nas estruturas montadas para assegurar a recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem de todos quem vêm do país vizinho. É através desta Operação que migrantes venezuelanos são interiorizados no país. Casa Civil. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2> Acesso em: 25 maio 2023.

⁴² Foto de Thays Bittar. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/photography/2019/05/a-precaria-vida-dos-imigrantes-venezuelanos-em-manaus> Acesso em: 15 abr. 2023.

Fotografia 2: Venezuelanos morando embaixo de viaduto em Manaus



Um grupo de amigos imigrantes venezuelanos moram embaixo deste viaduto, próximo à rodoviária de Manaus (AM)⁴³.

Considerando o que foi exposto, mesmo tentando mostrar por meio da Operação Acolhida que o governo brasileiro busca ajudar aos imigrantes, muitos venezuelanos ainda vivem em condições precárias no Brasil e muitos ainda enfrentam preconceitos e xenofobia por parte dos brasileiros. Segundo Moreira (2014), o sujeito refugiado carrega consigo uma identidade particular:

Os refugiados se situam entre o país de origem e o país de destino. Ao transitar entre os dois universos, ocupam posição marginal, tanto em termos identitários, culturais e sociais, assentada na falta de pertencimento pleno enquanto membros da comunidade receptora e nos vínculos introjetados por códigos partilhados com a comunidade de origem; quanto em termos jurídicos, ao deixar de exercitar, ao menos em caráter temporário, o status de cidadão no país de origem e portar o status de refugiado no país receptor (Moreira, 2014, p. 87).

Convém destacar que inclusive políticas públicas evidenciam esta discriminação, como a Portaria nº 652, de 25 de janeiro de 2021, que regula a entrada de estrangeiros no país durante a pandemia de COVID-19. Ao realizarmos sua leitura, compreendemos que, em determinados casos, pessoas advindas de outros países podem

⁴³ Foto de Thays Bittar. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/photography/2019/05/a-precaria-vida-dos-imigrantes-venezuelanos-em-manaus> Acesso em: 15 abr. 2023.

entrar em solo brasileiro (caso se encaixem nos incisos II e alíneas “a” e “c” do inciso V), com exceção dos venezuelanos:

[...] § 4º Nas hipóteses de entrada no País por rodovias, por outros meios terrestres ou por transporte aquaviário, as exceções de que tratam o inciso II e as alíneas “a” e “c” do inciso V do caput não se aplicam a estrangeiros provenientes da República Bolivariana da Venezuela. [...] (Brasil, 2021).

Observamos nesta Portaria que, estrangeiros (imigrantes) que possuem residência de caráter definitivo (inciso II) estão aptos a entrar no Brasil, com exceção dos venezuelanos. Além de estrangeiros que sejam companheiros, cônjuges, filhos, pais ou curadores de brasileiros e/ou portadores do Registro Migratório Nacional (alíneas “a” e “c” do inciso V), mais uma vez, com exceção de imigrantes da Venezuela.

O parágrafo em questão, ao singularizar os venezuelanos dentre os demais estrangeiros, contribui para a construção de uma imagem negativa e estigmatizada desse grupo. A exclusão explícita de venezuelanos de determinadas exceções à restrição de entrada reforça a ideia de que eles são um grupo à parte, sujeito a regras mais rigorosas.

Ademais, o trecho não apresenta justificativas explícitas para a distinção entre venezuelanos e outros estrangeiros, o que pode ser interpretado como uma tentativa de naturalizar a discriminação, sugerindo que a exclusão dos venezuelanos é uma medida óbvia e justificável. Como também, fere o princípio da igualdade e da não discriminação, garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ou seja, mesmo produzindo discursos que produzem efeitos de sentido de igualdade e empatia pelos venezuelanos, observamos que isso não reflete na prática, como na portaria abordada acima.

Ainda nesta Sd, temos: *Sei que vocês gostariam de estar no país de origem, mas saíram de lá para fugir da ditadura, de necessidade e até mesmo da violência. [...] O que a gente mais gostaria que acontecesse é que a Venezuela voltasse à normalidade e que vocês tivessem a vida que tinham no passado antes da chegada da ditadura.* Neste trecho, inicialmente, foi utilizada a primeira pessoa do singular na construção linguística para discursivamente produzir efeitos de sentido de que, na posição-sujeito presidente, Bolsonaro tem conhecimento sobre a situação vivenciada pelos venezuelanos e que sua posição é a correta (*[eu] sei o que vocês gostariam*).

Na sequência, podemos analisar o verbo *sair* em relação a algum lugar, com o dêitico *lá* referindo-se à Venezuela, como em *saíram da Venezuela*, situando o espaço.

Essa expressão diz respeito à ação de *fugir/se afastar/se distanciar* de situações de ditadura, necessidade e violência. Assim, se produz uma oposição entre *lá* (lugar de partida) e *aqui* (lugar de chegada), estabelecendo uma fronteira simbólica entre o conhecido e o desconhecido, entre o ponto de origem e o destino. O verbo *fugir* implica um sentido de urgência e a necessidade de saída. Ao vincular essa urgência e necessidade aos termos *ditadura* e *violência*, podemos pensar sobre como esse debate contribui para a construção de um imaginário da Venezuela como um espaço de sofrimento. Nesse processo de significação, o verbo *sair* não se limita a indicar uma mera mudança de localização física; de outro modo, em relação a outros elementos, nos conduz a pensar na construção de um imaginário de esperança por uma transformação na condição de vida.

Além disso, nas razões apresentadas para a migração, observamos a referência à volta da ditadura na Venezuela (*para fugir da ditadura e chegada da ditadura*) evidenciada pelo trabalho da memória discursiva. A reescrita dos termos *ditadura*, *sofrimento*, *necessidade* e *violência* sugere e remete ao pré-construído em torno da Venezuela, que é considerado um país comandado pela ditadura. Isso contribui para a construção de um imaginário de ditadura e crise, ou seja, as pessoas saíram da Venezuela porque não têm o que comer e passam por *necessidade*.

A falta de comida pode estar relacionada à pobreza, crises alimentares ou instabilidade política; saíram da Venezuela porque lá há *sofrimento*; saíram da Venezuela porque lá há *violência*; saíram da Venezuela porque lá existe uma *ditadura*. Esses sentidos estão ligados à rede de filiação da crise. Essa memória é construída e circulada por diferentes grupos sociais, principalmente pela extrema direita brasileira, com o objetivo de legitimar suas posições políticas e ideológicas e estigmatizar a Venezuela. Além disso, o discurso da extrema direita brasileira sobre a Venezuela contribui para a naturalização de estereótipos negativos sobre esse país e seu povo, dificultando uma compreensão crítica dessa formação social e podendo influenciar políticas públicas que impactam negativamente os venezuelanos que vivem no Brasil.

A fala de Bolsonaro em sua *live* se insere em redes de filiações discursivas que circulam sobre a Venezuela. Neste caso, constroi um imaginário da Venezuela como um país em crise, com escassez de alimentos e violações dos direitos humanos, reconhecendo a migração como consequência de graves problemas sociais. Além disso, a fala de Bolsonaro produz um efeito de verdade no discurso sobre a Venezuela, reforçando o imaginário da crise e da ditadura

Na sequência, observamos a expressão a *Venezuela voltasse à normalidade*. Ao pensarmos no verbo *voltar*, podemos dizer que ele remete à ideia de movimento (voltar de algum lugar, isto é, saiu de A para B; voltou de B para A). Assim, a Venezuela saiu de um lugar/uma situação e foi para outra; saiu de uma situação normal para uma situação “anormal”. No entanto, podemos indagar: o que seria essa “normalidade”? Por que esse desejo de volta à normalidade? Por que, agora, os venezuelanos vivem uma situação anormal? O que é considerado normal e para quem? Qual “normalidade” está sendo reivindicada? Para quem essa “normalidade” é desejável? Que efeitos de sentido esta palavra remete? Entendemos que há um deslize de sentido desse termo, pois “normalidade” é um conceito subjetivo e relativo, variando de acordo com a conjuntura sócio-histórica e cultural. Além disso, pressupõe-se a ideia de normalidade como algo positivo e desejável, enquanto a ditadura é significada como o que impede esse estado.

Neste ponto, ao finalizarmos o capítulo 4, podemos dizer que as análises discursivas das duas sequências discursivas selecionadas para compor nosso *corpus* nos levaram a compreender que há duas regularidades discursivas em funcionamento: a construção do imaginário de nação e a construção do imaginário de ditadura ou comunismo em países liderados pela esquerda. As seções seguintes darão continuidade a essas análises.

5 IMAGINÁRIOS DE NAÇÃO, COMUNISMO E DITADURA

Apresentaremos, neste capítulo, a sequência das análises a partir da construção do imaginário de nação e a construção do imaginário de ditadura ou comunismo em países liderados pela esquerda.

5.1 O IMAGINÁRIO DE NAÇÃO

Como já mencionado nesta dissertação, o imaginário de nação pode ser compreendido como um conjunto de crenças, valores, símbolos e mitos que unem um povo e o identificam como parte de uma comunidade nacional, algo presente em praticamente todos os Estados constituídos. Essas representações são veiculadas, principalmente, pela linguagem, por meio de diferentes gêneros discursivos, como a literatura, a história, a mídia e o discurso político. Tendo em vista essas reflexões, observamos que Guimarães (2003, p. 55) define o conceito de espaço de enunciação como “espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos e aos modos de dizer”. Ao explicar que a língua nacional do Brasil “é o elemento de identificação de sujeitos enquanto cidadãos do Estado” (Guimarães, 2003, p. 55), entendemos que a língua nacional é um elemento importante para a construção do imaginário de nação.

Nas sequências discursivas analisadas, observamos que os sentidos produzidos a partir de falas de Bolsonaro apresentam uma regularidade em relação ao imaginário de nação. Chegamos a essa compreensão ao analisarmos termos como *nós*, *o Brasil* e *a gente*. Sabemos, entretanto, que uma mesma palavra pode produzir diferentes efeitos de sentido, dependendo das posições discursivas em condições de produção dadas.

No Brasil, tem-se observado uma polarização, intensificada principalmente nas últimas eleições presidenciais. De acordo com Barbosa Filho e Vicente (2022b, p. 199):

A polarização é, portanto, uma das formas pelas quais opera a ideologia, condensando os impasses e as contradições do funcionamento do modo de produção capitalista, a partir de um efeito de evidência que sustenta o imaginário político-social como fissurado e dividido em dois. Assim, é produzido um esquecimento a respeito de outras determinações e contradições que constituem o arranjo das relações sociais em uma formação social dada e a polarização funciona no imaginário político como um efeito de reconhecimento

dominante. É na identidade que os sujeitos se filiam às redes, ou seja, às diferentes formações discursivas. É no real da língua, entre a língua e a história que produzimos sentidos.

Nessa polarização que os sentidos para o *nós*, *a gente* e *o Brasil* vão sendo construídos. É, portanto, nessas condições de produção que o discurso de Bolsonaro se constitui, dividindo de um lado a extrema direita e, do outro, os simpatizantes da esquerda.

Podemos compreender que funciona uma divisão também em relação aos imigrantes. Segundo Moreira (2014, p. 86), “o que alicerça [...] o acolhimento de refugiados pelos Estados gira em torno da fronteira erguida entre inclusão e exclusão, admissão e rejeição, desejáveis e indesejáveis [...]”. Dessa forma, nas Sds analisadas, consideramos a memória discursiva dessa cultura nacional, expressa de modo parafrástico ou metafórico.

Na Sd₁, o substantivo *Brasil*, relacionado a expressões como *seguir nossas regras, leis e costumes e cantar o hino e respeitar nossa cultura*, fortalece essa ideia de unidade. O hino, especialmente, é significado como um símbolo nacional, e cantá-lo expressa “o amor pela nação”, ou seja, a partir dele se produz um sentido de nacionalidade. Da mesma forma, respeitar e adotar uma cultura específica também manifesta esse sentimento de nacionalidade.

As análises da Sd₁ mostram que os imigrantes que chegam ao Brasil precisam demonstrar e manter esse imaginário de nação e o respeito à cultura nacional que é produzido pelas formulações de Bolsonaro.

Sabemos que um discurso nunca é totalmente novo; ele sempre parte de um já-dito. É no jogo entre a língua e a história que produzimos os sentidos e nos constituímos como sujeitos. Esse sentimento de nacionalismo e o discurso de defesa da nacionalidade podem ser rememorados desde a época da Independência do Brasil.

Convém destacar, que durante o período da Independência, o Romantismo ganhou destaque na Literatura, exaltando o sentimento de pertencimento e admiração pelas belezas do país. No entanto, foi a partir do Estado Novo que a questão da nacionalidade se fortaleceu, principalmente devido às políticas linguísticas focadas na promoção da língua nacional.

Segundo Guimarães (2003, p. 48), a língua nacional “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento

a este povo”. Portanto, o conceito de língua nacional vai ao encontro do efeito de sentido produzido nas formulações de Bolsonaro.

Pêcheux (1990) já apontava as ações voltadas à língua nacional como uma forma de movimento revolucionário e de libertação na época das revoluções do século XX:

[...] é antes de tudo porque algo da revolução burguesa aí se repete sob outras formas, com a preocupação de criar condições linguísticas necessárias ao exercício do novo poder do Estado, com suas ramificações geográficas e culturais e de organizar uma administração apta a dirigir o país, um exército capaz de defender sua independência. A alfabetização, a escolarização e a difusão cultural da língua nacional fazem parte integrante do programa político dos movimentos revolucionários e de libertação nacional de nossa época (Pêcheux, 1990, p. 13).

Entendemos, portanto, como o discurso da língua nacional perpassa a história e constitui e interpela os indivíduos em sujeitos políticos. Isso se evidencia, por exemplo, nas falas de Bolsonaro, ao afirmar a *necessidade de seguir as regras e costumes do Brasil*, sem promover políticas nacionais voltadas aos imigrantes no tocante ao idioma deles. Isso produz um efeito de sentido relacionado ao conservadorismo e à manutenção da língua nacional, que deve ser aprendida pelos estrangeiros residentes no Brasil.

De acordo com Pereira (2021), durante o governo de Getúlio Vargas, encontramos políticas linguísticas repressoras no tocante à língua de imigrantes. Essas políticas proibiam “esses indivíduos e seus descendentes de fazerem uso de suas línguas maternas e manifestações culturais, com o objetivo de assegurar o fortalecimento da identidade nacional” (Pereira, 2021, p. 11). Ou seja, é a memória discursiva que se faz presente nos discursos analisados.

Com base no exposto, acrescentamos à discussão que a língua portuguesa, pela Constituição de 1988, é colocada como língua oficial da República Federativa do Brasil. A partir disso, podemos dizer, segundo Guimarães (2000), que ao se colocar a língua portuguesa como oficial, trabalha-se com o pré-construído de que ela é a única língua legítima. Isso provoca o apagamento das línguas indígenas, evidenciando pela criação de um capítulo específico na própria Constituição para tratar exclusivamente dessas línguas, como destaca o autor:

O direito à palavra, à língua e o recurso ao poder judiciário é aqui afirmado em separado, num capítulo à parte, e de modo particularizador, afirmando a diferença dos índios em relação aos demais cidadãos. Assim, dizer que o índio tem estes direitos é mostrar que, de algum modo, ele não tem os direitos dos brasileiros. Assim, no plano dos sentidos, pode-se dizer que esta afirmação significa a

diferença do índio relativamente ao brasileiro. Afirmar em separado a igualdade de seus direitos é significar a sua diferença (Guimarães, 2000, p. 34).

Mais uma vez, observamos aqui a polarização entre *nós* e *eles*. Ao separar a língua oficial do Estado brasileiro das línguas indígenas, destinando-lhes um capítulo à parte na Constituição, sugere-se que os povos indígenas não fazem parte integrante da nação brasileira ou do que se entende por cidadão brasileiro. Relacionando isso às análises realizadas sobre os venezuelanos, observa-se a retomada desse pré-construído; nesse caso, os imigrantes, para serem reconhecidos como cidadãos desta nação, devem falar a língua oficial do Estado brasileiro.

É interessante destacar, como observa Guimarães (2000), que a língua portuguesa é apresentada como língua oficial do Estado no capítulo da Constituição intitulado “Da Nacionalidade”. O autor afirma: “Assim, a língua portuguesa, enquanto língua do Estado, é a língua da Nação, do pertencimento à nacionalidade. Não falar, então, a língua do Estado é faltar ao pertencimento à nacionalidade” (Guimarães, 2000, p. 35).

Nas Sds analisadas, observamos a recorrência de pronomes pessoais na primeira pessoa do plural e de verbos nessa conjugação, como *nós* e *sabemos*, além dos pronomes possessivos *nosso/a* e do substantivo *Brasil* para se referir ao país como um todo, contribuindo para a construção desse imaginário de nação. Essa construção imaginária já estava presente no lema da campanha de 2018: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, e na eleição de 2022: “Deus, pátria e família”.

Para encerrar esta seção, é importante destacar a não transparência da língua e de que na sua materialidade podemos analisar a quais redes de filiação os efeitos de sentido estão associados. Podemos ter como hipótese que, a partir do substantivo *Brasil*, se possa considerar a ideia de um único povo e a unicidade do país. Além disso, o discurso religioso poderia ser relacionado às questões da colonização e ao cristianismo, elementos que fazem parte da identidade nacional, assim como a língua portuguesa. Por fim, esses slogans de campanha merecem uma investigação mais aprofundada em pesquisas.

5.2 O IMAGINÁRIO DE COMUNISMO E DITADURA

Como já explicitado, nenhum discurso é novo, tudo é um já-dito em algum lugar e espaço de tempo. Com as narrativas sobre a ditadura, principalmente o comunismo, não é diferente e é interessante trazermos aqui.

Segundo Mariani (1996), o uso do termo “comunismo” leva, num imaginário social, para a produção de sentido do inimigo, do indesejado, de algo sempre negativo. Ainda de acordo com a autora, o sentido negativo produzido nos discursos sobre o comunismo significa desde a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, atual PCdoB. Entendemos, então, que nas paráfrases das formulações de Bolsonaro, este sentido de inimigo com relação aos comunistas se faz presente.

Já na Sd₂, na formulação e ao posicionar-se no discurso com o termo *ditadura* observamos o sentido negativo que é relacionado à Venezuela: “*sairam de lá para fugir da ditadura*”. De uma posição discursiva de presidente e tendo uma visibilidade e um certo “poder” em seus discursos, os sentidos produzidos perpetuam no imaginário social, gerando deslizes de sentido ao termo comunistas, como o inimigo, o perigoso.

É importante destacar que, em discursos políticos, podemos observar o sentido do “outro”, do adversário. Conforme ratifica Oliveira (2023, p. 4), “o discurso político implica relação com um adversário, que é apresentado como o alvo a ser combatido para o bem da sociedade”.

Ainda na Sd₂, observamos mais uma vez o termo *ditadura*: *O que a gente mais gostaria que acontecesse é que a Venezuela voltasse à normalidade e que vocês tivessem a vida que tinham no passado antes da chegada da ditadura*. Em tempo, se faz importante destacar os sentidos da palavra “ditadura”. Segundo o dicionário Houaiss⁴⁴ online, ditadura significa:

Governo que se utiliza da autoridade para suprimir e restringir os direitos individuais, definido pela soberania do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário; país ou nação em que o governo é exercido dessa forma. [Por Extensão] Sistema antidemocrático em que o chefe de Estado não é escolhido por votações populares.

Bolsonaro, em suas falas, se mostra contra uma “ditadura comunista”, imaginada socialmente e reforçada em seus pronunciamentos. No entanto, no tocante ao Brasil, o

⁴⁴ Dicionário Houaiss Online. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/houaisson/apps/uol_www/v7-0/html/index.php#1 Acesso em: 15 set. 2024.

ex-presidente já se mostrou favorável à ditadura militar, como afirma Carvalho e Gasparini (2020, p. 49):

São conhecidos os posicionamentos de Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil eleito em 2018, em defesa da censura, da tortura e da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Ao longo de sua carreira política como deputado federal (1991-2018), Bolsonaro acumulou numerosas manifestações de apoio à ditadura militar.

Observa-se, portanto, que essa leitura desencadeia múltiplos sentidos atribuídos ao termo “ditadura” nas formulações de Bolsonaro. De um lado, o sentido de uma “ditadura comunista” — algo antidemocrático, associado ao inimigo. De outro, o sentido de uma “ditadura militar” — algo associado ao bem e ao patriotismo. Dessa forma, há uma oscilação de sentidos a partir do termo *ditadura*, que, conforme a rede de filiação e a formação discursiva, é interpretado de uma maneira e não de outra.

Lembremos aqui da noção de formação discursiva. De acordo com Pêcheux (1995), o sentido das palavras, expressões ou proposições não se dá por si mesmo, mas pelas posições ideológicas no processo sócio-histórico. E, segundo o autor, são as formações discursivas que, numa posição ideológica dada, determinam o que pode e deve ser dito. Portanto,

[...] os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes (Pêcheux, 1995, p. 161).

A partir das redes de filiação e das formações discursivas, observamos que os sentidos em torno do termo *ditadura* nas formulações de Bolsonaro mostram a natureza ideológica e estratégica da linguagem política. Ao mobilizar diferentes redes de sentidos para um mesmo termo, o discurso bolsonarista produz efeitos de sentido contraditórios, visando à mobilização de seus apoiadores e à deslegitimação de seus adversários.

Sabemos que, para a Análise de Discurso, o sujeito se constitui na e pela linguagem, sendo cindido, pois pode ocupar várias posições no discurso, além de ser constituído e moldado pelas relações sociais, históricas e ideológicas nas quais se insere. Essas posições não são fixas ou estáveis, mas se modificam conforme o contexto discursivo e as relações de poder que o atravessam. De acordo com Pêcheux (1995), a forma-sujeito não possui um controle absoluto sobre suas próprias significações. Ao invés disso, é capturada pelas significações já existentes na língua e nas formações discursivas, por meio do interdiscurso e do intradiscurso.

O sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina [...]: essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (Pêcheux, 1995, p. 163).

Na Sd₂, Bolsonaro se posiciona no discurso ao remeter à situação da Venezuela no passado, referindo-se ao que seria anterior à considerada ditadura comunista. Ao caracterizar essa época como *normal*, produz-se, mais uma vez, um sentido negativo de *ditadura*. A partir de uma formação discursiva que considera os países liderados pela esquerda como comunistas, e que associa esses discursos a redes de filiação ligadas à ditadura e ao comunismo, estabelece-se uma associação entre a esquerda e regimes totalitários, o que contribui para a polarização política e social.

Consideramos, em nossas análises, a circulação e a materialidade do discurso para entender seu funcionamento, visto que a materialização da linguagem em discursos carrega marcas ideológicas e históricas. A materialidade, portanto, vai além do texto em si, envolvendo a maneira como ele é produzido, circulado e interpretado, revelando as relações de poder e as disputas simbólicas que permeiam as classes sociais.

Por fim, ao focarmos na superfície linguística e relacionando-a ao objeto discursivo, compreendemos os possíveis efeitos de sentidos e suas redes de filiação. Dessa forma, apresentamos a hipótese de que as duas regularidades discursivas em funcionamento — a construção do imaginário de nação e a construção do imaginário de ditadura ou comunismo em países liderados pela esquerda — podem ser pensadas como duas formações discursivas distintas, o que pode ser desenvolvido em reflexões futuras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Análise de Discurso nos permitiu ir além da superfície textual e compreender as relações de poder e as ideologias imbricadas no discurso. Ao analisarmos a escolha das palavras, a estrutura das frases e as condições de produção das formulações, foi possível analisar os efeitos de sentido que o discurso produz. Além disso, fundamentar nosso trabalho nessa teoria nos possibilitou compreender os discursos a partir das posições ocupadas pelos indivíduos ao serem assujeitados pela ideologia.

Retomando o objetivo da pesquisa, que é compreender como, pelo discurso, o debate em torno da crise econômica na Venezuela e a imigração de venezuelanos para o Brasil participam do processo de produção da(s) fronteira(s) e as seguintes questões de pesquisa: como e que discurso se produziu sobre a crise venezuelana no Brasil? Que efeitos de sentido são produzidos pelas falas do então presidente Bolsonaro sobre a situação da Venezuela?, observamos que as análises realizadas nesta dissertação mostram que os efeitos de sentido nas formulações de Bolsonaro, na posição sujeito de presidente, alinham-se a discursos considerados de extrema direita, que retratam a Venezuela como um país de ditadura e/ou comunismo. Essas formulações se fundamentam em imaginários de nação, comunismo e ditadura. Assim, o discurso sobre a Venezuela é permeado por dizeres que se entrelaçam, constituindo a memória que se constroi em torno desse país.

Ao considerarmos as condições de produção das falas de Bolsonaro, a partir de sua posição como presidente, observamos que ele frequentemente se dirige a seu público eleitor, por meio de uma lógica ideológica de “nós” contra “eles”. Esse discurso reforça a polarização social e política no Brasil. Assim, a análise das sequências discursivas permitiu compreender como suas falas se articulam com outros discursos em circulação sobre migração e refugiados.

Nos materiais analisados, observamos que a fronteira é produzida apenas como um espaço físico, sem considerar suas dimensões sociais e as novas possibilidades que pode oferecer a imigrantes e refugiados, respondendo, assim, a seguinte questão de pesquisa: que efeitos de sentido as falas de Bolsonaro produzem sobre a fronteira? Deste modo, a fronteira se configura como um discurso ideológico que naturaliza o espaço físico, desconsiderando sua historicidade e as relações de poder que o permeiam. Ao significar a fronteira apenas como um limite territorial, desconsidera-se sua

dimensão social e simbólica, que também a caracteriza como um lugar de encontro, intercâmbio cultural e acolhimento para aqueles que buscam melhores condições de vida.

Por meio das análises, foi possível também chegar em formações discursivas que operam na construção de uma visão dicotômica e excludente da fronteira e que respondem à questão de pesquisa: que efeitos de sentido são produzidos sobre os (i)migrantes pelas falas de Bolsonaro? De um lado, o “imigrante” é significado como uma ameaça à segurança nacional e à identidade cultural brasileira. De outro, o “refugiado” é significado como um sujeito passivo, dependente da ajuda do Estado. Essa construção discursiva contribui para a reprodução de estereótipos e preconceitos que marginalizam e invisibilizam os sujeitos migrantes. Produzem-se, assim, efeitos de sentido de negação da fronteira como um espaço imaginário de possibilidades e esperança, apagando as lutas e resistências daqueles que buscam construir uma vida digna em um contexto marcado por desigualdades e violências.

Ao analisarmos as formulações de Bolsonaro sobre a fronteira, podemos compreender como os sentidos são operados na reprodução de uma ordem social desigual e excludente, sentidos que observamos a partir da análise do material que funcionam os discursos do imaginário de nação e de ditadura/comunismo. Partindo da hipótese de que o imaginário de nação e o imaginário de ditadura/comunismo podem ser pensados como formações discursivas, concluímos que os discursos dessas formações muitas vezes construídos em oposição a um “outro” externo, produzem sentidos para justificar o controle das fronteiras físicas e a distinção entre brasileiros e migrantes, sem considerar que as fronteiras não são apenas linhas geográficas, mas também espaços simbólicos que marcam diferenças sociais, políticas e econômicas.

É, portanto, nessas formações discursivas, que constituem os lugares de produção de sentidos, que as narrativas sobre ditadura/comunismo e nacionalismo são formuladas. Ao se inscreverem nesses lugares discursivos, os sujeitos não fazem apenas uso da linguagem, mas são constituídos por ela, reproduzindo e transformando as representações sociais e ideológicas que os constituem.

Por fim, este trabalho se mostrou fundamental ao oferecer uma contribuição original para o campo dos estudos discursivos, problematizando a relação entre linguagem, ideologia e poder em um contexto específico. Além disso, possibilitou o entendimento, pelo discurso, de situações histórico-sociais permeadas pela ideologia. Os resultados desta pesquisa não apenas aprofundam nosso entendimento sobre as

representações sociais dos migrantes, mas também abrem possibilidades para uma visão distinta da fronteira. Criam-se, assim, novas perspectivas para estudos futuros que abordem a questão do migrante e da fronteira como espaço simbólico. Novas leituras e gestos de interpretação possibilitarão o aprofundamento em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Tradução de João Guilherme de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Ed Ática, 1988.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. *O discurso antiafricano na Bahia do século XIX*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 270p.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, v.64, p. 1-22, e022007, 2022a. DOI: 10.20396/cel.v64i00.8664658.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. VICENTE, Valdemir de S. *Nós e eles*. In: SCHERER Amanda Eloina, GARCIA Dantielli Assumpção, BARBOSA FILHO, Fábio Ramos, BALDINI, Lauro, ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. *Restos de horror*. Organizadores. 1. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2022b.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. “Linguagem neutra” e políticas de língua no Brasil. In: DOMINGUEZ, Michelle Gomes Alonso; VELOZO, Naira de Almeida; COSTA, Thaís de Araujo da [orgs.] *Políticas de língua, políticas na língua: reflexões sobre diversidade de gênero e inclusão*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 272p.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOLSONARO, Jair. Sobre o pacto migratório. 09 jan. 2019. Twitter: @jairbolsonaro Disponível em: <https://twitter.com/@jairbolsonaro>. Acesso em: 12 set. 2023.

BORBA, Vanderlei. Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa. *Historiæ*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 59–78, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4131>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. Casa Civil. *Sobre a operação acolhida*. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2> Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, *Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979*. Dispõe sobre a faixa de fronteira e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1979.

BRASIL. *Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997*. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1997.

BRASIL. *Portaria nº 652, de 25 de janeiro de 2021*. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021.

CARVALHO, Bianca R.; GASPARINI, Edmundo N. Discurso Político e Metáfora: efeitos de sentido sobre a ditadura militar em pronunciamentos de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas - TO, v.7, n. 24, p. 48-60, 2020.

CINTRA, Jorge P. O mapa das cortes e as fronteiras do Brasil. *Bol. Ciênc. Geod., sec. Artigos*, Curitiba, v. 18, n. 3, p. 421-445, jul-set, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bcg/a/dmWGBhCnvMMbSCdVRG4KHGR/?lang=pt#> Acesso em: 15 abr. 2023.

CONVENÇÃO DE 1951. Agência da ONU para refugiados (ACNUR): Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/> Acesso em: 25 abr. 2023..

CORREIO BRAZILIENSE. Em Roraima, Bolsonaro filma refugiados: “Não quero isso para nosso país”. *Correio Braziliense*. 26/10/2021 13:31. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/10/4958136-em-roraima-bolsonaro-filma-refugiados-nao-quer-o-isso-para-nosso-pais.html> Acesso em: 15 set. 2022.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

FIORIN, José Luiz [org.]. *Introdução à Linguística*. v. 1 e 2. São Paulo: Contexto, 2003.

GALLO, Solange. O ensino da língua escrita X o ensino do discurso escrito. 1989. 138 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1989. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270686>. Acesso em: 25 abr. 2024.

GALLO, Solange. Sobre a normatização vigilante dos discursos midiáticos. 5º Simposio Internacional LAVITS | Vigilancia, Democracia y Privacidad en América Latina: Vulnerabilidades y resistencias. 29 y 30 de noviembre, 01 de diciembre de 2017. Santiago, Chile, p. 426-438. ISSN 2175-9596. Disponível em: <https://lavits.org/wp-content/uploads/2018/04/74-Solange-Leda-Gallo.pdf> Acesso em: 23 abr. 2024.

GALLO, Solange. Live - presença, ausência e corpo em isolamento. Diálogos Pertinentes – *Revista Científica de Letras*. p. 123-141. Dossiê Temático, 2020 Disponível em: <https://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/article/view/3697/1413> Acesso em: 23 abr. 2024.

GUILHAUMOU, Jacques. Le corpus en analyse de discours: perspective historique. *Corpus*, n. 1, p. 1-18, 2002. Disponível em: <https://journals.openedj> Acesso em: 23 abr. 2024.

GUIMARÃES, Eduardo. Língua Nacional, Sujeito, Enunciação. O Cidadão e as Línguas no Brasil. In: INDURSKY, Freda. CAMPOS, Maria do Carmo. *Discurso, Memória, Identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e política de línguas no Brasil. *Letras*, v. 27, 2003, p. 47–53. <https://doi.org/10.5902/2176148511897>

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. *Letras* nº 26 - Língua e Literatura: limites e fronteiras. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. Santa Maria: 2003.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOUAISS. *Dicionário Online da Língua Portuguesa*. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/v7-0/html/index.php#1 Acesso em: 23 abr. 2024.

LEMOS, Marilene Aparecida. Entre espaços, sujeitos e línguas: A produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR(Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens. Tese. Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2019.

LEMOS, Marilene Aparecida. ¿Está cerrada la frontera o pasa algo? línguas de fronteira e o cotidiano da fronteira Brasil/Argentina em tempos de pandemia. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 64, n. 00, p. e022027, 2022.

LEÓN, Jacqueline. PÊCHEUX, Michel. Análise Sintática e Paráfrase discursiva. In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 2ª Edição - Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

LÔBO, Cristiana. Redes sociais mudam completamente a relação dos eleitores com seus representantes. Site G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/cristiana-lobo/post/2018/12/31/redes-sociais-mudam-completamente-a-relacao-dos-eleitores-com-seus-representantes.ghtml> Acesso em: 28 jul. 2023.

MACIEL, Maria Ellem Souza. A crise venezuelana e seus impactos no âmbito brasileiro: políticas linguísticas de integração de refugiados no Estado da Paraíba. DEDICA. *Revista de Educação e Humanidades*, 20, 2022, p. 285-306. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.vi20.24509>

MARIANI, Bethania. O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Tese. Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 1996.

MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. REMHU: *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 22(43), 2014, p. 85-98. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/471>. Acesso em: 23 set. 2023.

OLIVEIRA, Ana Paula Santos de. O imaginário sobre o outro nos atos institucionais do estado militar brasileiro. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 23, p. 1-18, 2023. e-1982-4017-23-13. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-23-13>

PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cad. Est. Ling.*, Campinas (19): 7-24, jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. [org.] [et. al.]. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução: Bethânia S. C. Mariani [et. al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p.55-66 (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] - 2.ed. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Por uma análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. [org.]. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *Papel da Memória*. In: ACHARD, Pierre et al [org.] *Papel da Memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. tradução: Eni P. Orlandi – 5ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PEREIRA, Larissa S. As políticas linguísticas voltadas para o ensino da Língua Portuguesa aos imigrantes que buscam refúgio em Campo Grande - MS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Faculdade de Artes, Letras e Comunicação - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. Campo Grande-MS, 2021.

RODRIGUES, Aline L. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. *Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA* – N. 2 (dezembro, 2015), p. 139-157

SEABRA, Raphael. Algumas considerações sobre a “crise” na Venezuela. Editoria Mundorama - *Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*, 2017. Disponível em: <http://www.mundorama.net/?p=23793>. Acesso em: 30 jul. 2024.